

**DERMI AZEVEDO**

**IGREJA E ESTADO NO BRASIL/  
COLABORAÇÃO DE AGENTES RELIGIOSOS  
COM A REPRESSÃO POLÍTICA DO REGIME DE 1964**

**Dissertação de Mestrado**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Ciência Política**

**2001**

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre a colaboração entre agentes religiosos católicos e os órgãos de repressão política do regime autoritário no Brasil, entre 1964 e 1985.

A hipótese básica do trabalho é a de que essa colaboração aconteceu no contexto das relações entre Igreja e Estado no Brasil, que nunca foram interrompidas, mesmo durante os momentos históricos de interrupção do regime democrático.

O núcleo desta dissertação será composto por três capítulos. Nos dois primeiros, será feita uma exposição sobre os três modelos sociológicos de Igreja, subjacentes à dinâmica sócio-política, vivida por essa instituição, no seu relacionamento com o Estado e com a sociedade civil.

Da mesma maneira, será retomado o estudo sobre o modus operandi da repressão política. Em seguida, no terceiro capítulo, serão apresentados casos e personagens paradigmáticos de colaboração de agentes católicos com a polícia política.

## ABSTRACT

The objective of this work is to make an analysis about the collaboration between catholic religious agents and organs of the political repression of the authoritarian regime in Brazil, between 1964 and 1985. The basic hypothesis argues that this collaboration arrived in the context of the relations between the Church and the State in Brazil, that never were interrupted, including the historical moments without democracy.

The core of this dissertation is divided along three chapters. In the chapters one and two, it will be done an exposition of the three sociological models of Church, that are in the basis to the social and political process lived by this institution, in his interation with the State and the civil society.

In the third chapter, I will try to make an analysis about the modus operandi of the political repression. Finally, I will present some cases of collaboration between catholics agents and the political police.

**Para Sebastiana,  
minha querida irmã,  
que transitou desta para outra vida  
em 30 de julho de 2001.**

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A Doutrina de Segurança Nacional.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Estrutura e Funcionamento da Repressão.....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Os Colaboradores da Repressão.....</b>	<b>63</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>82</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>121</b>

# **Introdução**

## Introdução

A colaboração entre integrantes da Igreja Católica Apostólica Romana e o aparato repressivo do regime autoritário instaurado no Brasil em 1964, inspirada na ideologia da segurança nacional, é o tema desta dissertação.

Trata-se de verificar aspectos relevantes do processo de troca ideológica, prática e pragmática que envolveu, de um lado, bispos, padres, religiosos<sup>1</sup> e leigos da Igreja<sup>2</sup> e, de outro, militares, civis, agentes e colaboradores da polícia política do regime militar.

O tema é pouco estudado nessa dimensão e, de certa forma, inédito. Há muitos e importantes estudos sobre a gênese, a história e a historiografia do regime militar brasileiro, assim como sobre o processo de transição para a democracia.

Por outra parte, somente agora passam a ser conhecidos, com mais profundidade, alguns aspectos daquele regime, graças, sobretudo, a dois fatores: de um lado, a mobilização dos sobreviventes e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos e, de outro, a consolidação de espaços e de instituições democráticos, no Brasil. Muitos desses espaços são ocupados por personalidades oriundas e vítimas do sistema autoritário.

---

<sup>1</sup> No vocabulário eclesiástico, os religiosos são os clérigos e leigos não ordenados pertencentes às ordens e congregações religiosas, enquanto os padres seculares são os clérigos diretamente subordinados aos bispos.

<sup>2</sup> A expressão "Igreja" passa a ser utilizada, neste trabalho, para significar a Igreja Católica Apostólica Romana. Trata-se de um uso exclusivamente sociológico, sem qualquer conotação doutrinária ou confessional.

O quadro geral do estudo é o do relacionamento entre Igreja e Estado, na História do Brasil e da América Latina. Numa perspectiva mais próxima, trata-se também de analisar o contexto social, político, econômico, ideológico e cultural em que transcorreram mais de 20 anos do regime de exceção.

Esse quadro mais geral requer uma correlação com casos paradigmáticos de colaboração entre “funcionários de Deus” (conforme a expressão do filósofo e teólogo alemão Eugen Drewermann)<sup>3</sup> e as organizações responsáveis pela execução da política repressiva do regime (como é o caso do Serviço Nacional de Informações/SNI, dos Centros de Informações dos ministérios militares e dos CODI/DOI, entre outros).

O processo de colaboração não se resumiu à Igreja, mas atingiu também as denominações protestantes e algumas de suas instituições conexas, como foi o caso, por exemplo, da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), uma das igrejas calvinistas mais tradicionais do país, em que foi desenvolvida uma ação conjunta entre dirigentes dessa denominação e os órgãos de inteligência do governo de 1964, contra pastores e leigos considerados progressistas.

Participaram, também, desse processo, dirigentes da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) uma dissidência da Igreja Católica Apostólica Romana.

Um dos protagonistas desse processo, o pastor João Dias de Araújo, utiliza a expressão “inquisição sem fogueiras” para denominar essa colaboração. O estudo específico desse fenômeno no campo protestante será tema de pesquisa subsequente.

---

<sup>3</sup> DREWERMANN, Eugen. *Fonctionnaires de Dieu*. Paris. Albin Michel. 1993.

## Três modelos de Igreja

A releitura da história do Brasil, a mais de 500 anos depois do “descobrimento”, inclui, necessariamente, a análise do papel da Igreja como ator político decisivo na vida do país. Do mesmo modo, a retomada dessa trajetória histórica permite compreender melhor o conteúdo e a forma da intervenção eclesiástica durante o regime autoritário e no processo de transição para a democracia.

Os historiadores da Igreja identificam, esquemática e didaticamente, três modelos eclesiásticos, em torno dos quais deu-se e vem acontecendo, historicamente, a interação Igreja/Estado e Igreja/sociedade.

Esses modelos têm características específicas, assemelham-se aos tipos-ideais de Max Weber e ocorrem, historicamente, de forma interativa e, algumas vezes, sinérgica.

Nos três primeiros séculos da história do Brasil, predomina o modelo de Igreja-Cristandade<sup>4</sup>, em que essa instituição atua como elemento indissociável e legitimador do projeto colonial.<sup>5</sup> O elemento básico desse período é o conceito de “sociedade sacral”, em que se identificam os conceitos de fé e nacionalidade. O

<sup>4</sup> O modelo de Cristandade remonta ao período histórico em que as estruturas religiosas e profanas do Estado feudal eram as mesmas e em que o próprio Estado eram agentes de punição dos “erros” cometidos contra a Doutrina e a Moral Cristãs.

<sup>5</sup> A esse respeito, escreve Riolando Azzi: “...durante os três primeiros séculos, a Igreja Católica estava praticamente inserida no projeto colonial. Foi só a partir de fins do século XVIII que um grupo significativo de clérigos passou a questionar o valor desse compromisso histórico. Esses clérigos, por sua vez, se inspiravam muito mais no pensamento dos iluministas e dos racionalistas do século XVIII do que na tradição escolástica do aristotelismo-tomista. Com a proclamação da República, no fim do século XIX, uma parte de leigos e clérigos católicos passa a apoiar a mudança de governo, enquanto outro grupo significativo permanece fiel à monarquia, na expectativa de sua próxima restauração. Essa divisão política, por sua vez, tinha origem em perspectivas teológicas diversas: por um lado, estavam os que persistiam em ver, no modelo de união entre o trono e o altar, a realização do plano de Deus e, do outro, os que afirmavam não ter a Igreja

Catolicismo é a religião oficial do Estado e os interesses da Igreja são os interesses do Estado e vice-versa.

Vigora, nessa época, o sistema do Padroado, pelo qual os negócios da Igreja são administrados pelos reis de Portugal, por direito concedido pelos Papas.<sup>6</sup> Bóris Fausto destaca que as duas instituições básicas, que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização no Brasil foram o Estado e a Igreja Católica, observando que essas instituições distintas estavam ligadas uma à outra. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos.

No modelo de Igreja-Cristandade, o Catolicismo serve, pois, como instrumento ideológico para sacralizar a dominação colonial. À exceção de alguns missionários que contestam, por exemplo, o sistema de escravidão, a Igreja aceita a guerra aos índios como uma “justa causa” e a escravidão negra, que constitui a base do sistema latifundiário de agricultura introduzido no Brasil.

Além disso, impõe a fé cristã a todos os habitantes da Colônia, sem considerar os critérios de opção individual, cultural ou de tradição religiosa”.<sup>7</sup>

Com base nas discussões do Concílio de Trento (1545-1563), em reação à Reforma Protestante, passa a vigorar, depois, o modelo de Igreja-Sociedade Perfeita, em que a Igreja é definida, pelos catecismos da época, como “a sociedade de todos

---

vinculação efetiva com nenhuma forma de governo”. Em “*A Cristandade Colonial. Um projeto autoritário*”. *História do Pensamento Católico no Brasil I*. São Paulo. Edições Paulinas. 1987. Pg. 11.

<sup>6</sup> Escreve, a propósito, Magno José Vilela: “O sistema do Padroado recebe, com as conquistas portuguesas de além-mar, um novo impulso. A Ordem de Cristo devia responsabilizar-se, de agora em diante, pela construção de igrejas e capelas, pela apresentação das autoridades religiosas e pela presença de missionários nos novos territórios conquistados e, enfim, pelo incentivo a toda atividade que pudesse interessar diretamente à implantação da fé católica. Seus administradores, sendo quase sempre membros da família real, o direito que lhes era concedido pelo pontífice romano passaria a ser Padroado real. Ao recuo do direito de Padroado, numa Europa onde a pressão constante da “heresia reformadora” e de querelas políticas, limitavam a expansão do catolicismo romano, iria suceder o seu desenvolvimento, aparentemente sem limites, nas imensas regiões que começavam a ser descobertas e ocupadas”. Em “*Roma e as práticas missionárias do Novo Mundo*”. *Revista Eclesiástica Brasileira*. 36 (19786). Pgs. 410-411.

os fiéis que professam a mesma fé e recebem os mesmos sacramentos, debaixo dos legítimos pastores e, principalmente, do Papa".

A Igreja apresenta-se, pois, como uma "sociedade perfeita", não mais abaixo do Estado, mas ao lado dele. Vão, progressivamente, consolidando-se, como entes separados, os conceitos de "poder civil" e "poder eclesiástico".<sup>8</sup>

A separação legal entre Igreja e Estado consolida-se com a proclamação da República, por meio do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, cuja minuta foi preparada por Rui Barbosa.<sup>9</sup>

Embora separados, os dois poderes dispõem-se a colaborar para a manutenção da ordem vigente, cada qual em torno dos seus respectivos interesses. Isto acontece, por exemplo, sete anos depois, diante da revolta mística e anti-republicana de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, na região de Canudos, na Bahia.

Mesmo não aceitando a ideologia republicana, a Igreja interage com o status quo governamental. Canudos é o leit-motiv para que as autoridades civis e eclesiásticas atuem em harmonia, em favor do que consideram um fator de estabilidade social e política .

<sup>7</sup> Azzi, Riolando, em "A Igreja do Brasil na Defesa dos Direitos Humanos", em REB 37 (1977). Pg.111.

<sup>8</sup> Nessa linha tridentina, a relação entre os dois poderes era, assim, descrita, por um dos bispos reformadores dessa época, d. Macedo Costa, do Pará: "É um princípio tão verdadeiro quanto universalmente recebido que, da estreita aliança e perfeita inteligência entre os dois poderes, depende o repouso das consciências e a paz do Estado. Mas esta harmonia, tão necessária ao florescimento da religião e ao bom governo das sociedades, não pode existir senão com a condição de que cada um desses poderes se mantenha inviolavelmente dentro do círculo de suas próprias atribuições, sem invadirem as do outro. A Igreja não tem que (se) entender com o governo temporal do Estado; o Estado reciprocamente nada tem que ver com o governo espiritual da Igreja...Ao governo civil, cumpre prover sobre o temporal dos Estados; à Igreja, cabe a administração das coisas espirituais; e ela tem tanto mais direito de reivindicar esta sua independência na esfera espiritual, quanto é a primeira a manter e sustentar como inviolável a independência do governo na esfera temporal. O Estado deve, pois, usando de reciprocidade, respeitar a liberdade da Igreja na administração dos negócios espirituais e não ingerir-se por forma alguma neles". Citado em Lustosa, d. Antônio. "Dom Macedo Costa". Rio de Janeiro. 1939. Pgs. 53-55.

<sup>9</sup> Em Lustosa, Oscar de Figueiredo. "A Igreja Católica no Brasil República". São Paulo. Edições Paulinas. Pg. 27.

A condenação de Antônio Conselheiro e a destruição armada de Canudos, resultam da atuação conjunta entre Igreja e o Estado (1897). A Igreja elimina, assim, um adversário heterodoxo e o Estado destrói um potencial "agente subversivo" que hostiliza o regime republicano.<sup>10</sup>

O modelo de Igreja-Sociedade Perfeita é hegemônico, no Catolicismo, até os anos 50. A história eclesiástica registra, porém, que, desde Roberto Belarmino<sup>11</sup>, é formulada uma doutrina baseada na visão da Igreja como uma "sociedade perfeita", completa e autônoma, tendo a sua autoridade equiparada à do Estado. Trata-se de um modelo teórico, traduzido em vários modelos práticos.

Roberto Belarmino procura elaborar a doutrina da Igreja, depois do surgimento do Protestantismo, procurando defendê-la na forma como atuava, sob o governo do Papa e dos bispos. A Igreja tem autoridade no seu domínio e tem igualdade de competência para dialogar com o Estado em todos os campos.

As teses belarministas são divulgadas por meio de manuais, utilizados, nos seminários, para a formação dos futuros padres. A Igreja não vê, por exemplo, a sociedade como uma democracia, em que o povo tem soberania para designar e mesmo para orientar os governantes.

O diálogo acontece apenas entre a autoridade da Igreja e a autoridade civil. Em um período histórico recente, por exemplo, no regime comunista polonês, havia uma relação amistosa entre Igreja e Estado. Do lado estatal, constatava-se a existência, na Igreja, de um poder definido e hierarquizado e, do lado eclesiástico, verificava-se que, no Estado, havia um poder igualmente hierarquizado e definido.

---

<sup>10</sup> Em *"A Igreja Católica no Brasil República"*. São Paulo. Edições Paulinas. 1991. Pg. 27.

<sup>11</sup> Roberto Belarmino (1542-1621) foi bispo e doutor da Igreja e canonizado como santo. Jesuíta, foi um dos grandes protagonistas da Contra Reforma católica. Em, 1576, assumiu a cadeira de "Contraversita" no Colégio Romano, e, nesse sentido, liderou as controvérsias com os protestantes, refutando suas teses. Autor de catecismo que tiveram grande influência na ideologia católica de sua época.

A sociedade civil, nesse modelo, não atua como sujeito de direitos, nem de diálogo. Mutatis mutandis, em um momento em que um regime autoritário toma o poder no Brasil, muitos bispos, formados na perspectiva da Igreja como sociedade perfeita, inclinam-se a priori em favor de uma posição favorável ao governo, seja ele formado da maneira que for.

No caso dos regimes comunistas, a Igreja - apesar de sua posição ideológica contrária ao comunismo - sempre conseguiu manter uma postura pragmática de aceitação do diálogo com as autoridades constituídas.

A partir dos anos 30, na Europa (sobretudo na Bélgica e na França) e desde os anos 50, em nível mundial, movimentos de reforma começam a ampliar os horizontes de mudanças na instituição eclesiástica.

Esse processo vai resultar, no final dos anos 50 e início dos anos 60, na convocação, por João XXIII, do Concílio Vaticano II (1962-1965). A implementação das decisões desse Concílio, oficializada nas suas resoluções e documentos, traduz-se na legitimação de um novo modelo, chamado de Igreja-Povo de Deus.

Em termos históricos, esse modelo remonta à progressiva formulação de uma doutrina social da Igreja, desde a publicação da encíclica "Rerum Novarum", do papa Leão XIII, em 1891.

Os modelos de Igreja Cristandade e Igreja Sociedade Perfeita coexistem no interior da instituição eclesiástica, até o momento em que a Cristandade entra em colapso. A Igreja passa a ter uma maior independência no que se refere, por exemplo, à sua própria manutenção (diferentemente do que ocorria no regime do Padroado, na América Latina, em que a autoridade é reconhecida pela Igreja como sendo não só legítima, mas protetora da Igreja, mantendo-a financeiramente).

Este sistema foi mantido no Brasil desde a Colonização até o Império, cessando com a Proclamação da República, em 1889.

Na Igreja Cristandade, a Igreja é protegida pelo Estado. Na Igreja Sociedade Perfeita, a Igreja é amiga do Estado. Em momentos de crise, a Igreja sustenta a autoridade do Estado.

Quando os Estados latino-americanos começam a proclamar a sua Independência no século XIX, o Papa Gregório XVI e o Papa Pio IX são favoráveis aos países colonizadores e chegam a condenar as declarações de Independência como sendo formas de insubmissão ao poder legítimo.

Em momentos de crise (como o instaurado no Brasil nos anos 60, em que o governo Goulart procurava seus rumos, apoiando-se às vezes, nos movimentos populares e coincidindo, em muitos pontos, com a ideologia da esquerda socialista ou comunista) a Igreja institucional simpatiza com o poder e quando esse poder parece fugir das normas fundamentadas em valores tradicionais de mudança e de organização social, com eventuais atentados à propriedade, a Igreja tende a ficar do lado conservador e, quando esse lado assume o poder, passa a apoiá-lo.

Insera-se, ai, a tese da chamada "hesitação" de setores significativos do episcopado brasileiro diante do regime militar de 64. Quando o governo, considerado de esquerda, ainda está no poder, a hierarquia eclesiástica ainda o respeita.

Quando se estabelece o novo governo, de direita, esses bispos apóiam as novas autoridades, considerando-as como legítimas e que "vêm de Deus", com a circunstância reforçadora de aparecerem como oposição ao comunismo, equiparado, no inconsciente dos integrantes da Igreja, como um dos protagonistas das antigas batalhas contra os infiéis. Nelas, a Igreja, empunhando o Rosário, fica ao lado dos príncipes cristãos contra os "infiéis".

O regime autoritário é, assim, justificado e legitimado, pela Igreja, por se tratar de um novo poder estabelecido contra o comunismo, considerado como uma doutrina completamente anti-cristã.

Estabelece-se assim uma "boa consciência" entre muitos hierarcas católicos diante do regime autoritário.

Já o modelo teórico de Igreja-Povo-de-Deus é também chamado de Igreja-Comunhão. Nele, a Igreja é vista como uma organização que não se baseia no poder, mas na idéia de serviço à comunidade.

Isto corresponde ao primado da comunidade de todos os crentes e que não recebe a sua legitimidade, nem suas características específicas de argumentos ex *authoritate*, mas a partir de argumentos ex *populi*.

Há, pois, uma relação entre as noções de Povo de Deus e de Comunhão, expressão essa que toma o lugar da expressão Sociedade Perfeita. Nesse novo modelo, a Igreja não visa constituir-se como um poder diante de poderes, mas como uma comunidade a serviço da comunidade, com base em valores identificados com a verdade, a justiça e a solidariedade.

Há uma retomada de valores evangélicos como sendo os princípios constituintes dessa comunidade. A própria autoridade, de acordo com este modelo, tem a obrigação de se pautar pelos mesmos princípios.

Trata-se, portanto, de uma revolução conceitual e prática, porque a Igreja abandona um modelo histórico, antigo, para retomar um modelo ainda mais antigo, o próprio Evangelho, sua referência fundamental. O valor básico dessa nova forma de poder passa a ser o serviço e não o poder exercido de forma vertical e autoritária. A autoridade da Igreja não funciona mais com base no modelo do poder político repressivo e coercitivo.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) muda a forma de funcionamento da Igreja, ao aprovar, como referência teórica e prática, o princípio da "colegialidade" na atuação do Papa e dos bispos, como responsáveis pela Igreja. Atenua, desta forma, o poder da Cúria Romana (estrutura burocrática e administrativa do poder central do Catolicismo).

Compreender, sociologicamente, a Igreja como Povo de Deus implica numa flexibilização do caráter hierárquico vertical da instituição, abrindo espaço para uma efetiva participação dos leigos (isto é, dos não clérigos) e para que a Igreja se insira em um processo, com características democráticas, em sinergia com outras instituições da sociedade civil.

Esse modelo vai, também, resultar em um processo de diálogo entre cristãos e marxistas, que iria ter significativa influência nas formulações da Teologia da Libertação, a partir dos anos 60. Resultaria, igualmente, na configuração ideológica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas no Brasil, a partir também da década de 60.

Na relação com o Estado, a partir desse modelo, passam a coexistir, no interior da Igreja, pelo menos duas realidades: de um lado, em nível hierárquico, ainda prevalece o relacionamento típico do modelo anterior (Igreja separada do Estado, mas atuando, quando os interesses determinam, como sua parceira), mas já com significativas dissidências, em favor de uma Igreja aliada e parceira da sociedade civil; de outro lado, no conjunto da Igreja, ganha terreno a visão de que o compromisso maior deve dar-se, não mais exclusivamente com o Estado, mas também com os setores e movimentos sociais defensores de "reformas de base" (como eram denominadas, no período pré-1964, as reformas agrária e urbana, entre outras).

A relativização teórica e prática do modelo de Igreja Povo de Deus torna-se, porém, algo efetivo, a partir da eleição do papa João Paulo 2º. Em suas diretrizes e estratégias, a Igreja, governada pelo Papa polonês, retoma, noutra contexto histórico, o modelo de Igreja-Sociedade Perfeita.<sup>12</sup>

### III - A Igreja e o Estado durante o regime autoritário de 1964

Quando o regime democrático é derrubado no Brasil, em 1964, a Igreja Católica reage a partir das matrizes ideológicas e políticas dos dois modelos citados anteriormente. (Igreja Sociedade Perfeita e Igreja Povo-de-Deus).

É atribuída, pelo regime e pela imprensa, à Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma declaração oficial, de 29 de maio de 1964, adotando uma posição conciliatória diante do golpe militar.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Numa das sessões do Concílio Ecumênico Vaticano Segundo, realizado de 1959 a 1962, o então cardeal Karol Wojtyła apresentou sua posição sobre esses modelos de Igreja: "Ainda que a noção 'povo de Deus' seja em si a melhor para expressar a natureza social da Igreja, não parece a melhor para descrever a Igreja *in actu* porque não veicula explicitamente a idéia de *societas perfecta*... A Igreja é uma *societas perfecta* na ordem sobrenatural, isto é, dispõe de todos os meios necessários para atingir o fim sobrenatural". Cf. Acta Synodalia, II, 3, 155-156.

<sup>13</sup> Afirma a declaração: "O Brasil foi cenário de graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra (...). Seria além do mais que se pode imaginar a supressão das liberdades mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e civil. Logo após o movimento vitorioso da revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a proteção divina se faz sentir, de maneira sensível e insofismável. De uma a outra extremidade da pátria, transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente".

Essa declaração foi, porém, escrita e aprovada pelos arcebispos das arquidioceses brasileiras, convidados pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Jaime de Barros Câmara.<sup>14</sup>

Um número relativamente pequeno de arcebispos, bispos, padres, religiosos e leigos – muitos deles empenhados na luta pelas reformas de base e já sofrendo um incipiente processo repressivo – recebe o golpe com pesar e entra, de imediato, na resistência à ditadura, sob diferentes formas. São atores políticos do modelo de Igreja Povo-de-Deus.

Apenas nove anos depois, em 25 de dezembro de 1973, bispos e missionários do Amazonas publicam o documento "O índio: aquele que deve morrer", em que denunciam o modelo econômico adotado pelo novo regime como atentatório à sobrevivência dos povos indígenas brasileiros.

---

A mesma declaração faz, porém, as primeiras ressalvas ao movimento golpista: "Contudo, ao reconhecermos as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores intenções do governo, cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes, leigos e fiéis (...). Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar, a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes".

Um dos representantes mais destacados da CNBB, D. Cândido Padin, nega, porém, que essa declaração tenha sido feita pela CNBB, por meio de sua Comissão Central. Afirma que o documento foi publicado pelos arcebispos, reunidos no Rio de Janeiro, por convocação do cardeal arcebispo local, D. Jaime de Barros Câmara. O documento não representaria, pois, a posição de todo episcopado. A reunião fora convocada "em caráter de urgência" para tratar da posição da Igreja em relação ao regime. Os arcebispos preocuparam-se, nesta reunião em analisar o que consideravam "aspectos positivos e negativos", na nova conjuntura política do país. Cf. Informações Católicas Internacionais (ICI), 217 (1964).

<sup>14</sup> Na reunião da Comissão Central da CNBB, de 25 a 27 de maio de 1964, no Rio de Janeiro, houve divisão entre os bispos quanto à posição a ser adotada diante do novo regime. O principal defensor do golpe foi d. Geraldo de Proença Sigaud. Colocaram-se numa posição contrária à ditadura os arcebispos de Goiânia, d. Fernando Gomes; de Fortaleza, d. José de Medeiros Delgado; de Vitória, d. João Motta e Albuquerque; de Aracaju, d. José Vicente Távora e de São Paulo, cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, além do futuro arcebispo de Recife, d. Hélder Câmara.

Mesmo apoiando o novo regime, a declaração dos arcebispos, em 1964, condiciona o apoio da Igreja à observância, por parte do governo, aos dos direitos humanos.

Ralph Della Cava distingue quatro momentos históricos na interação da Igreja com a sociedade brasileira, de 1964 a 1985. O primeiro vai de 1964 a 1968, ano do AI-5. O segundo de 1968 a 1973, com o auge da repressão política. O terceiro, de 1974 até à posse do governo da “Nova República”, em 1985 e o quarto momento, de 1985 em diante, com os vários estágios do processo de transição para a democracia.

Uma campanha ecumênica pelos direitos civis é lançada, em 1973, por várias denominações cristãs (à exceção dos pentecostais), constituindo-se em um marco significativo no processo de envolvimento da Igreja Católica Apostólica Romana e de outras Igrejas Cristãs, nesse processo de redemocratização.<sup>15</sup> O país só iria, porém, viver um processo efetivo de abertura, aproximadamente 10 anos depois.<sup>16</sup>

Que fatores principais incidem na mudança de posição da Igreja diante do regime autoritário?. Alguns, já citados, podem ser lembrados e outros podem ser acrescentados.

<sup>15</sup>Essa campanha, teve, como instrumento básico, a edição, em um livreto de capa azul, de 2 milhões de exemplares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, com seus artigos entremeados por frases bíblicas. Este livreto, editado pela CESE, foi utilizado pelas entidades de direitos humanos, movimentos sociais e sindicais e pelas Comunidades de base, como ferramenta pela redemocratização do país.

<sup>16</sup>“Talvez – diz Della Cava – “abertura” seja o termo crucial para se entender esse momento histórico. Pois é no final de 1978 e início de 1979 – com a escolha feita “a dedo” do antigo diretor do SNI, General João Baptista Figueiredo, para a sucessão presidencial – que a “abertura” substitui a “distensão” no vocabulário político do país. Ela refletiu a mudança profunda que, de fato, ocorrera. A partir de então, os cidadãos acreditariam que podiam e iriam recuperar sua soberania, voltar a um governo civil e implantar a democracia”. Em Krische, Paulo e Mainwaring, Scott (org) . A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto Alegre. LPM/CEDEC. 1986

O sistema repressivo, instalado pelo regime militar, com base na “Doutrina da Segurança Nacional”, passa a atingir, diretamente, pessoas ligadas à Igreja, inclusive bispos, padres e leigos.

As mudanças oriundas das reformas implantadas, na instituição eclesiástica, a partir do Concílio Vaticano 2º, abrem espaço para que os leigos (mais engajados nas lutas sociais e mais atingidos pela repressão política) pressionem os bispos em favor dos direitos humanos e da redemocratização do país.

O segundo momento de institucionalização do regime (em 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5) coincide com a realização, em Medellín (Colômbia), da 2ª Conferência Geral dos Bispos da América Latina, que toma posição pela democracia e pela justiça social. Os bispos do Brasil têm uma participação decisiva nessa Conferência.

A não realização das reformas, sobretudo a agrária (em que pese a edição do Estatuto da Terra, em 1964, ainda hoje considerado, nos meios progressistas, como um texto legal paradoxalmente avançado) faz convergirem, nas críticas ao regime militar, os setores conservadores e progressistas do episcopado.

O começo dos anos 70 coincide, também, com o momento principal de sistematização da Teologia da Libertação, por meio da atuação de teólogos como o peruano Gustavo Gutiérrez (com seu livro clássico “Teologia de la Liberación”).

O pensamento dessa corrente teológica reforça consideravelmente o engajamento dos cristãos e das suas comunidades contra os regimes de exceção vigentes à época, na América Latina.

O Estado do Vaticano, sob o governo do papa Paulo 6º, desempenha um importante papel político e diplomático em favor da transição para a democracia nos

países latino-americanos submetidos a regimes militares. Causam impacto particular no Papa as denúncias quanto à prática generalizada da torturas contra os opositores ao regime militar brasileiro e a tentativa de expulsão do país do bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga.

Paralela e simultaneamente a esses confrontos institucionais e diplomáticos, é reforçada a estratégia de a Igreja aproximar-se do Estado como portadora de reivindicações da sociedade civil. Seu papel na história do Brasil e seu caráter transnacional, com um eixo central e carismático de poder na pessoa do Papa, facilitam sua atuação nesse sentido. Com exceção da Argentina e do Uruguai, os bispos dos demais países latino-americanos, sob regimes autoritários, assumem posições progressivamente mais favoráveis à vigência da plenitude democrática.

À medida em que um número crescente de bispos, padres, religiosos e leigos participa, cada vez mais, das articulações e mobilizações da sociedade civil, mais a cúpula da Igreja torna-se sensível às conseqüências políticas desse fenômeno.

Não é apenas a intenção de proteger interesses institucionais, nem o processo político, por si só, que explicam a mudança da Igreja. É uma nova identidade institucional e novas condições econômicas, políticas e sociais que a explicam. Isolar as condições políticas e sociais ou a nova doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o caráter dialético desse processo".<sup>17</sup>.

O processo de transformações da Igreja inclui, em primeiro lugar, a mudança de sua base social, fundamentada nas oligarquias, até 1930, rumo a uma base social identificada com a classe média (até o final dos anos 70) e que, finalmente, incorpora - com um papel sempre mais importante - as classes trabalhadoras.

---

<sup>17</sup> Mainwaring, Scott, em *Igreja Católica e Política no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1989. Pgs. 133 e 134.

O discurso da Igreja passa, também, por uma transformação ideológica. A Igreja assume, inicialmente, posições conservadoras e, depois, posições reformistas. Um novo passo qualitativo, neste processo, acontece por meio das chamadas “pastorais populares” e das Comunidades Eclesiais de Base.

Essas transformações estão no cerne do conflito Igreja-Estado no Brasil. Ocorrem em um período de fechamento de todos os canais de participação. A sociedade civil não eclesial ocupa também os espaços da Igreja, fazendo com que se tornem convergentes com os seus interesses.

Não é o relacionamento entre a Igreja e o Vaticano que muda os parâmetros das relações entre Igreja e Estado no Brasil, no regime autoritário, mas o peso do compromisso cada vez maior da Igreja com a sociedade civil brasileira.

A tônica e os matizes dessa oposição Igreja/Estado traduz-se, também, na publicação de uma série de documentos de bispos e religiosos, reveladores do progressivo distanciamento entre as partes.

É importante ressaltar, porém, que os canais de comunicação entre a Igreja e Estado nunca desapareceram, mesmo nos períodos mais sombrios da repressão política.<sup>18</sup>

Entre esses documentos eclesialísticos, destacam-se os seguintes, no período de 1971/1976: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio*. (D. Pedro Casaldáliga, 10 de outubro de 1971); *Testemunho de Paz. Declaração conjunta do episcopado paulista*. (Brodóski, 8 de junho de 1972); *Ouvi os clamores do meu povo*. (Declaração dos bispos e superiores religiosos do Nordeste,

---

<sup>18</sup> Esses canais eram mantidos seja por bispos e religiosos identificados com o modelo Igreja-Cristandade ou Igreja-Sociedade Perfeita que, embora discordando dos métodos do governo militar, priorizavam um bom relacionamento com os chefes do regime, seja por personalidades da hierarquia católica que procuravam abrir algum tipo de diálogo (em favor da abertura democrática) com figuras-chaves do poder dominante. É o caso, bem conhecido, da interlocução entre o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns e o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Golbery de Couto e Silva.

6 de maio de 1973); *Marginalização de um povo*. (Declaração dos bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, 6 de maio de 1973); *Y-Juca-Pirama. O índio, aquele que deve morrer*. (Documento dos bispos e missionários da Amazônia, 25 de dezembro de 1973); *Não oprimas teu irmão*. (Documento do episcopado paulista, Itaiçi. 30 de outubro de 1975); *Comunicação Pastoral ao Povo de Deus*. (Documento dos bispos da Comissão Representativa da CNBB, Rio de Janeiro. 25 de outubro de 1976).

A conceitualização adotada por <sup>\*</sup>Alfred Stepan, em torno do que chama de “três arenas importantes da pólis” - a sociedade civil, a sociedade política e o Estado - é oportuna para o entendimento da dinâmica Igreja/Estado, no contexto histórico mais imediato de transição política. Afirma que, em toda pólis, essas três arenas se expandem e se retraem em compassos diferentes, se interpenetram ou, até, dominam uma a outra, em constantes mudanças, tendo a sociedade civil como cenário. A sociedade política é a arena em que a pólis se organiza, para a contestação política, em busca de controle sobre o poder público e o aparelho estatal.

Já a arena estatal, mais do que “governo”, é o sistema administrativo, legal, burocrático e coercitivo que pretende estruturar as relações entre a sociedade civil e o poder público, bem como diversos relacionamentos cruciais no interior da sociedade civil e política.

Nas três arenas da pólis, na transição do governo Médici para o governo Geisel, a Igreja consolida a sua posição como principal protagonista da oposição não-violenta ao regime e se torna parte e interlocutora vital da sociedade civil. Colabora para que os movimentos sociais acumulem forças, como sociedade política e continua, com legitimidade ainda maior, sua interlocução com a arena estatal.

"inimigo comum" na estratégia de descompressão: a linha dura do regime, comprometida com a censura, com a tortura e com os desaparecimentos políticos.

As relações com a Igreja são decisivas para a estratégia de descompressão do presidente Geisel. E seus representantes reúnem-se confidencialmente com seis influentes bispos, logo depois de sua eleição indireta.<sup>19</sup>

A luta contra a tortura é o ponto de convergência entre a Igreja e o governo Geisel. Por outra parte, nas relações entre as Forças Armadas e o poder, Geisel verifica que esse mesmo poder fora tomado pelos órgãos da repressão, produzindo efeitos negativos na hierarquia das Forças Armadas.<sup>20</sup> Essa polarização entre os chamados "órgãos de segurança" e o poder formal dos militares, continua até o final do governo Figueiredo.

Paradoxalmente, na política interna eclesial, esse processo mais avançado de interlocução com o Estado, com vistas à transição para a democracia, no início do governo Geisel, coincide com a eleição de João Paulo 2º para a chefia da Igreja. Enquanto o regime tende para a abertura, a Igreja, em nível interno, tende para o fechamento, aprofundando os limites da ortodoxia.

No entanto, essa política de "volta à grande disciplina" na Igreja, conforme a expressão do filósofo jesuíta João Batista Libânio, não se traduz em uma mudança política no estilo do modelo Igreja-Cristandade. A mudança no perfil político eclesial já estava muito acentuada para poder sofrer mudanças substanciais.

A partir da eleição do novo Papa, passaria a vigorar, na Igreja, em nível mundial, a posição denominada pelo teólogo chileno Pablo Richard como "neoconservadorismo progressista", para indicar uma postura progressista da

---

<sup>19</sup> Skidmore, Thomas, em *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Paz e Terra. São Paulo. 1988. Pg. 357.

<sup>20</sup> Op.cit.pg.490

hierarquia da Igreja em questões sociais e políticas e uma posição conservadora em matéria doutrinária e disciplinar interna.

Nessa perspectiva e na continuidade de sua participação no processo redemocratizante, a Igreja participa ativamente, a partir de meados dos anos 70, da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Essa bandeira é, porém, capitalizada, em agosto de 1979, pelo governo Figueiredo e beneficia os integrantes dos aparelhos de repressão política, durante o regime de exceção, permitindo, porém, a volta dos exilados.

A primeira visita do Papa ao Brasil, em 1980, faz parte dessa estratégia de pressão da Igreja em favor de uma transição definitiva para a democracia. Os discursos de João Paulo 2º - cujas minutas foram preparadas, em conjunto, pela sua assessoria e pela CNBB, então, sob hegemonia progressista - refletem as preocupações sociais, políticas e econômicas da Igreja diante da nova fase da história brasileira, que se prefigurava como democrática.

No Palácio do Planalto, diante do presidente, general João Figueiredo, o Papa afirma que “o homem não pode ser feito escravo de ninguém, nem de nada”. Defende as reformas sociais e econômicas e os direitos humanos, tema esse considerado, até então, um tabu no discurso do regime.

No Rio de Janeiro, o Papa recebe um documento de centenas de intelectuais, lembrando o significado dos 15 anos anteriores de regime de exceção e lhes diz que “a cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte do poder, quer político, quer econômico”.

Em São Paulo, encontra-se com representantes do movimento operário, protagonistas das grandes greves de 1978, 1979 e 1980, que tiveram uma influência significativa no processo de abertura e de fortalecimento da sociedade civil.

No mesmo ano da visita do Papa, é fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), em grande parte oriundo da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de pastorais católicas populares. Três anos depois, é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1983, a sociedade civil e a sociedade política (cf. Stepan) são protagonistas da campanha nacional pelas eleições diretas, com o slogan "Diretas-Já". Essa mobilização, em um primeiro momento, é frustrada pelo Congresso, ao prevalecer a escolha indireta do Presidente da República.

Pragmaticamente, entre os candidatos Tancredo Neves e Paulo Maluf, a Igreja apóia o que considera "moderação e sagacidade política" de Tancredo, eleito, com José Sarney, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985.

O próximo grande passo de participação política da Igreja na história contemporânea do Brasil é a mobilização em torno da Constituição de 1988. Esse momento é seguido pela mobilização pela ética na política que antecede à queda, por vias democráticas e constitucionais, do governo do presidente Fernando Collor de Melo, acusado de envolvimento numa grande teia de corrupção.

Nos governos que se seguem à transição pactada, a atuação da Igreja passa a se orientar, sobretudo, pela pressão, junto a outros segmentos da sociedade civil, em favor da adoção de um modelo de desenvolvimento "socialmente justo".

Noutro contexto – de progressiva abertura da economia brasileira, conforme os padrões da globalização – a Igreja retoma, assim, sua pregação tradicional pelas reformas de base.

Um exemplo paradigmático dessa nova etapa é a realização das Semanas Sociais Brasileiras, (uma espécie de fórum de cidadania), promovidas pela CNBB, de acordo com uma dinâmica com dois momentos, entre 1991 e 1994.

Num primeiro momento, são organizadas Semanas Sociais Regionais e, num segundo momento, as Semanas Sociais Nacionais, em Brasília.

Todos os debates concentram-se em torno de quatro temas: desenvolvimento econômico; o Estado Democrático; cidadania, contraposta à dominação político-cultural e sujeitos e valores emergentes.

Os resultados desse debate são apresentados ao governo e à sociedade civil, pela CNBB, em 1994, ano de eleições presidenciais e de renovação do Congresso Nacional.

A reflexão sócio-política da Igreja, nessa nova etapa das Semanas Sociais, começa por constatar a existência de algo novo acontecendo no Brasil: a sociedade civil brasileira que se reorganiza para cobrar "coerência ética" na prática política, e que começa, agora, a se articular para propor soluções para o país, entendendo que a falta de corresponsabilidade da vida coletiva degrada os poderes constituídos e desacredita as instituições. (Carta da 1ª Conferência Nacional sobre Projetos Estratégicos e Alternativos para o Brasil, realizada em Brasília, de 10 a 15 de novembro de 1993, por mais de uma centena de organizações da sociedade civil, entre as quais universidades e Igrejas Cristãs).

A Igreja destaca, nas Semanas, o "contraste" entre o progresso da economia brasileira e suas disfunções sociais. Quanto ao Estado Democrático, a Igreja conclui, nas Semanas Sociais, que a construção desse Estado, no país, passa pela capacidade da sociedade brasileira de encontrar alternativas democráticas para o que a Igreja considera seus grandes entraves: a corrupção; os poderes paralelos; a desintegração do aparelho estatal; a crise de representatividade; o baixo grau de cidadania e o apartheid social.

Propõe reformas no aparelho estatal e o controle efetivo da sociedade civil sobre este aparelho, além da rediscussão do pacto federativo, permitindo-lhe um mecanismo de articulação das especificidades regionais e dos Poderes da República, para que tenham independência entre eles, mas que estejam subordinados, ao conjunto da sociedade.

## Capítulo I

# A Doutrina de Segurança Nacional

## II - A Doutrina de Segurança Nacional

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é a ideologia que dá sustentação teórica e prática aos regimes autoritários na América Latina, entre os anos 60 e 80, e se torna conhecida como a "Doutrina de Segurança Nacional".

A sua implementação resulta na ruptura com o Estado tradicional e com a divisão de Poderes, teorizada, entre outros filósofos e pensadores políticos, por Montesquieu, Locke e Kant.

Os chamados "órgãos de segurança nacional" tomam o lugar, na prática, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que passam a assumir uma função meramente formal e legitimadora.

Essa ideologia, inspirada em modelos teóricos do National War College, dos Estados Unidos, desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, é implementada no Brasil, a partir de 1949, quando é fundada, no Rio de Janeiro, a Escola Superior de Guerra.

Entre seus fundadores, estão os generais Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Augusto Fragoso e, entre seus primeiros alunos, incluem-se os futuros presidentes, generais Costa e Silva e Humberto de Alencar Castelo Branco, além do general Golbery do Couto e Silva.

A participação da FEB (Força Expedicionária Brasileira), juntamente com as tropas norte-americanas, na 2ª Guerra Mundial, na Itália, influencia os militares que fundaram a ESG.<sup>21</sup> Eles contam também com o apoio de uma missão militar norte-americana, durante os 12 primeiros anos.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Fernández Baeza, Mário. National Sicherheit in Lateinamerika, Esprint Verlag, Heidelberg. 1981

<sup>22</sup> De acordo com depoimentos sintetizados por Eliézer Rizzo de Oliveira, em "As Forças Armadas. Pp. 19-24 e por J..A. Amaral Gurgel, em Segurança e Democracia. Pp. 27-34

A ideologia da segurança nacional baseia-se nos conceitos de geopolítica e geoestratégia e confere um papel fundamental às Forças Armadas. Inspirada no pan-germanismo do século 19, a geopolítica considera apenas a existência de Nações e não de pessoas, com direitos e deveres de cidadania.

A própria Nação é reduzida ao Estado que, por sua vez, sintetiza-se no poder. Parafrazeando o homo hominis lupus de Hobbes, essa ideologia entende o mundo como um espaço de disputa incessante entre Estados e Nações, em busca do poder, ou seja, em um estado de guerra permanente.

No contexto destas décadas, entre os anos 60 e 80, o quadro conjuntural é o da guerra fria. Nela, a DSN encontra uma justificativa e um substrato considerados ideais. No caso, a vigência dessa ideologia é explicada à luz da guerra entre a "civilização ocidental cristã" e o "comunismo".

Dentro da concepção geoestratégica, a DSN contempla a perspectiva de uma guerra total, integral e permanente, em que é impensável a neutralidade e à qual está subordinado, entre outras atribuições, o próprio poder de polícia.

Esta estratégia global baseia-se, por sua vez, nos conceitos de "projeto nacional", "segurança nacional" e "poder nacional". De acordo com os teóricos da DSN, o projeto nacional "é a meta e o objetivo que a Nação pode conseguir razoavelmente, dada a sua situação geográfica e o tamanho de seus recursos".

A segurança nacional é o valor absoluto e incondicional sem restrição ou limitação, a última norma de todas as atividades públicas ou privadas. O poder nacional é o conjunto dos recursos materiais que podem ser mobilizados para promover a segurança nacional. Todas as atividades encontram, nesse poder, seu valor, seus limites e sua motivação.

A estratégia total subdivide-se em estratégias econômicas, políticas, psicossociais e militares. Nesse último aspecto, a DSN contempla, inclusive, o

sacrifício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, em nome da segurança nacional.

Neste contexto, o papel das elites é fundamental para a concretização dessa doutrina e, entre elas, os militares ocupam um lugar privilegiado, diante do que a DSN considera "falência" das elites civis.

### **Papel da Religião**

Outro elemento fundamental da estratégia psicossocial, na DSN, é a religião, considerada essencial para legitimar esta doutrina, já que o Ocidente é historicamente influenciado pela cultura cristã.

A colaboração entre o Estado de segurança nacional e as Igrejas cristãs é considerada "natural", uma vez que ambos têm, no comunismo e na ideologia marxista, seus principais inimigos. As próprias Igrejas devem combater, em seu interior, os agentes religiosos considerados como "marxistas infiltrados" ou "inocentes úteis".

A DSN é assumida, no campo religioso, pela doutrina integrista e pelo conseqüente nacional-catolicismo. O Integrismo<sup>23</sup> baseia-se no modelo da Igreja, Sociedade Perfeita – voltada para si mesma como um fim, sem qualquer

---

<sup>23</sup> A palavra "integrismo" foi utilizada, pela primeira vez, na Espanha, em 1890, por um partido político cujo ideário era inspirado no "Syllabus" (documento publicado em 1864, pelo papa Pio IX, com uma série de condenações aos chamados "erros modernos"). Os filiados a este partido auto-identificavam-se como "integristas". De acordo com Ernest Gellner, integrismo "consiste em identificar uma fé religiosa ou política como forma cultural ou institucional de que se revestiu em uma época anterior de sua história. (Consiste, pois,) em acreditar que se possui uma verdade absoluta e em (procurar) impô-la". Já o fundamentalismo é definido por Gellner como "a idéia fundamental em que uma determinada fé deve sustentar-se firmemente, de forma completa e literal, sem concepções, matizes, reinterpretações, nem reduções". Em Gellner, Ernest (1994): "Pós-modernidade, razão e religião". Editora Paidós, Buenos Aires),

subordinação a outras instituições, embora sempre disposta a recorrer ao Estado, de forma direta ou indireta, para conseguir seus objetivos.

Para os integristas, o modelo ideal de Estado é o católico e, nesse sentido, idealizam, como referência histórica fundamental, a Alta Idade Média europeia, em que o poder eclesiástico predominava sobre toda a sociedade e sobre o próprio poder do Estado.

O integrismo considera que o sistema social ideal, de caráter católico, foi abalado pelo nominalismo filosófico, pela Reforma Luterana, pelo cartesianismo e, sobretudo, pela Revolução Francesa. Deduz, em consequência, que todos esses movimentos resultaram, a longo prazo, noutros "erros", tais como socialismo, o comunismo e o indiferentismo religioso.

Na história mais recente da Igreja, o evento que mais enfrentou contestação por parte dos integristas foi o Concílio Vaticano II.<sup>24</sup> No Brasil, a expressão máxima do integrismo religioso e político é a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Durante o Concílio Vaticano II, os bispos brasileiros organizaram reuniões e seminários com os principais teólogos europeus, na "Domus Mariae", o local em que se hospedavam, em Roma, perto do Vaticano. Os bispos integristas - entre os quais d. Geraldo Sigaud e d. Antônio de Castro Mayer - preferiram organizar reuniões paralelas, separadas de seus colegas, com seus próprios teólogos e assessores. A mesma coisa aconteceu em 1968, em Medellín, Colômbia, durante a Conferência dos Bispos Latino-Americanos. Durante este evento, d. Sigaud tentou participar, sem ter sido eleito como delegado da CNBB, de uma das reuniões da coordenação dos trabalhos. Foi impedido pela presidência do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

<sup>25</sup> Alguns autores, como é o caso de Charles Antoine, em "O Integrismo brasileiro", (1973), argumentam que o avanço do integrismo no Brasil está ligado a um fenômeno mais amplo, qual seja, o da influência da cultura francesa no país, também válida no campo da esquerda. O escritor Gustavo Corção é um dos legatários dessa influência no campo da direita. O aliado mais destacado dos bispos brasileiros que colaboraram com a polícia política do regime de 1964 foi, sem dúvida, o arcebispo francês d. Marcel Lefebvre. Seus contatos mais próximos eram mantidos com d. Antônio de Castro Mayer e a colaboração entre eles já havia começado no final dos anos 50, antes do Concílio Vaticano II, contra o qual eles e outros clérigos integristas insurgiram-se. Em 1983, Lefebvre e Mayer enviaram uma "Carta aberta ao Papa", protestando contra as reformas na Igreja. Em 1976, Lefebvre divulgou declaração saudando o general argentino Jorge Videla por ter liderado o golpe militar na Argentina. Tornou-se, depois, um dos principais defensores públicos do ditador chileno, general Augusto Pinochet. A seu respeito, Lefebvre declarou que

A ideologia do nacional-catolicismo, por sua vez, pretende estabelecer a religião católica como a religião oficial do Estado, tornando-se, assim, uma expressão concreta do pensamento integrista. Um dos seus principais representantes e formuladores é o escritor e político francês Charles Maurras (1868-1952), um dos fundadores da Ação Francesa, um movimento monarquista.

Nas décadas de 50 e 60, o ensino ministrado na ESG baseava-se em cinco postulados:

1. A segurança nacional fundamenta-se no potencial total da Nação, em que se apóia o poder militar. Um pressuposto da segurança nacional, é, pois, o desenvolvimento integral do país:

2. Em função de suas dimensões, da riqueza de seu solo, e de um rápido crescimento populacional, o Brasil está destinado a se tornar uma potência;

3. O atraso e o subdesenvolvimento do país foram provocados por dificuldades que podem ser superadas por um projeto totalizante;

4. O papel de condução desse processo compete a uma nova elite cívico-militar que atua como equipe e que se orienta com base nos princípios e técnicas do planejamento racional;

5. A ESG deve ser uma instituição nacional para o estudo e a pesquisa científica voltada para a elaboração de uma metodologia e de uma doutrina de segurança nacional.<sup>26</sup>

A bipolaridade é um dos conceitos básicos da DSN, com a divisão do mundo em dois blocos: o ocidental-cristão e o oriental-comunista. Essa mesma divisão

---

"desde que um homem levanta-se para salvar seu país do comunismo e restabelece a ordem cristã, faz-se tudo para desacreditá-lo. Não há um país no mundo em que se possa circular mais livremente quanto o Chile".

<sup>26</sup> Fernández Baeza. Op. cit. pg. 50.

ocorre no interior da Nação e, nesta perspectiva, o Estado é absolutizado. Visto como um organismo vivo, tem interesses e objetivos acima dos cidadãos.

O antigo professor de geopolítica na Academia Militar do Chile, general Augusto Pinochet, considera, em um dos seus artigos, na revista argentina "Geopolítica", essa disciplina como um instrumento central do pensamento e da ação política e como fonte de inspiração para objetivos internos e externos, determinados.

Pinochet, que ocupou, por mais de uma década, a chefia do regime autoritário chileno, define o Estado, a partir dos critérios geopolíticos, como um organismo supra-individual, em luta permanente pela sua sobrevivência. Nele, os cidadãos assumem um papel subordinado e subalterno. Todas as posturas dissidentes são consideradas como "subversivas" e "traidoras da Pátria".

Outro autor chave da geopolítica e da DSN é o general Golbery do Couto e Silva (1911-1987).<sup>27</sup> Em seu livro "Geopolítica do Brasil", apresenta-se como democrata, mas defende um Estado de segurança nacional, diante da "ameaça exterior", gerada pelo comunismo. Define sua estratégia como "indivisível e universal", como a guerra. A situação mundial é caracterizada pelo conflito ideológico entre capitalismo e comunismo e, secundariamente, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

---

<sup>27</sup> Nascido em Rio Grande (RS), o general Golbery do Couto e Silva foi um dos braços direitos do presidente Castelo Branco e principal teórico do regime autoritário de 1964, tendo sido, também, o primeiro chefe do SNI. Cursou a Escola Militar do Realengo, a Escola de Armas, a Escola de Estado-Maior e a Escola Superior de Guerra. Um ano depois de passar para a reserva, assumiu a direção do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES (1962), uma ONG que teve papel destacado na preparação do movimento que resultou na deposição presidente João Goulart. Tornou-se, depois, ministro do Tribunal de Contas da União (1967) e chefe da Casa Civil da Presidência da República, no governo Geisel, em 1974. Foi um dos principais interlocutores da CNBB e do cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, no processo de transição para a democracia. Escreveu, entre outros textos, os livros "Planejamento Estratégico" (1955) e "Geopolítica do Brasil" (1966).

Na América Latina, a geopolítica é, efetivamente, um elemento precursor da Doutrina de Segurança Nacional e seus pressupostos foram e ainda são ensinados nas academias militares.

A colocação da geopolítica como disciplina chave na formação das elites militares destaca-se, principalmente, no Brasil. O oficialato das forças armadas brasileiras foi formado entre 1906 e 1910 por oficiais franceses. Um dos fundadores da geopolítica brasileira, Everardo Backheuser, é de origem alemã. Já em 1926, na revista "Geopolítica", critica o sistema federativo brasileiro e defende um governo forte. Em 1948, assume a cátedra de geopolítica na PUC do Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, afirma, em um texto acadêmico, que o ensino da geopolítica no Brasil deveria ser incluído nos currículos das Faculdades de Ciências Políticas, "onde são formados os homens de Estado".

O lugar privilegiado da geopolítica no Brasil é reforçado pelo positivismo do século 19 e por sua ideologia do progresso técnico-científico, projetando o futuro do Brasil como potência.

Cada Nação, à luz da DSN, deve adaptar o novo sistema à condição jurídica em que se encontra. Alguns países suprimem a Constituição, outros a adaptam e o Estado passa ser fonte de todos os direitos, não reconhecendo nenhum direito que não tenha sido definido por ele ou explicitamente estabelecido por decreto.<sup>28</sup>

### **A Igreja reage**

A primeira reação da hierarquia e dos setores progressistas da Igreja a essa ideologia acontece em junho de 1968, com a publicação do estudo intitulado "A

---

<sup>28</sup> Cf. Joseph Comblin, em conferência feita na Cidade do México, em encontro sobre a Teologia da Libertação, realizado de 11 a 15 de agosto de 1975.

Doutrina da Segurança Nacional à Luz da Doutrina da Igreja", elaborado por uma equipe de juristas, sociólogos, economistas e teólogos, coordenada pelo bispo e monge beneditino d. Cândido Padin.<sup>29</sup>

A premissa do documento é a de que - como no tempo do nazismo na Alemanha - há cristãos que aceitam as posições do regime sem perceberem que contrariam os princípios do Cristianismo. Do mesmo modo, também no Brasil, nem todos percebem que certos conceitos e posições não correspondem à doutrina da Igreja.

As atitudes do regime autoritário com relação à Igreja são comparadas às estratégias de Hitler, durante o III Reich. Na primeira parte, o documento faz uma síntese histórica da evolução político-social brasileira de 1930 até 1968. Na segunda, resume, a partir do ponto de vista cristão, a ideologia da segurança nacional, e, na terceira, compara os princípios da DSN e da doutrina eclesial.

No aspecto histórico, o documento afirma que a crise política vivida pelo Brasil, na década de 1950/60 e completada com o movimento militar de 1964, e com suas conseqüências, está diretamente ligada às transformações estruturais, geradas pelo processo de industrialização.

Os conflitos inerentes às mudanças atingem todas as áreas da sociedade e assumem formas de poder e de coalizão que "oscilam entre sistemas de governo aparentemente democráticos e governos com tendências manifestadamente autoritárias ou ditatoriais".

---

<sup>29</sup> D. Cândido Padin nasceu em S. Carlos (SP) em 1915. Diplomado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da USP e, em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia do Mosteiro de São Bento. Em ambos os cursos, teve, como colega de turma, André Franco Montoro. Doutorou-se em Filosofia, na mesma Faculdade em 1942. Foi membro do Conselho Federal de Educação, de 1962 a 1965. Designado pelo papa João XXIII para ser o bispo assistente da Ação Católica Brasileira, tornou-se um dos protagonistas do processo de renovação da Igreja no Brasil. Participou do Concílio Vaticano II e foi nomeado, depois, pelo papa Paulo VI, como bispo de Lorena (1966-1970) e, depois, para a diocese de Bauru, onde atuou durante 20 anos. Como

O estudo inclui, na segunda parte, análises sobre a Constituição Federal de 1967, os decretos-lei sobre a reforma administrativa e a segurança nacional, sobre a aula inaugural do presidente Castelo Branco, na ESG, em 13 de março de 1967 e sobre o livro "Geopolítica do Brasil", do general Golbery. Conclui que a DSN opõe-se frontalmente à Doutrina Social da Igreja.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> SEDOC. vol. 1, setembro de 1968.

## Capítulo II

# Estrutura e Funcionamento da Repressão

### III - Estrutura e funcionamento da repressão

Toda a estrutura dos órgãos de repressão política no Brasil, durante o regime de 1964, tem, como base teórica, a Doutrina de Segurança Nacional e, como referência prática, as instruções repassadas às Forças Armadas dos países latino-americanos, sobretudo a partir dos anos 45, no pós-Segunda Guerra Mundial, pelos USA. Posteriormente, a Escola das Américas, mantida pelo governo dos EUA (inicialmente no Panamá, e, depois, nas instalações de Fort Benning, em território norte-americano), torna-se o principal centro de treinamento teórico e prático nessa área.

Em setembro de 1970, o presidente general Emilio Garrastazu Médici aprova uma Diretriz Presidencial de Segurança Interna (DPSI), criando, em cada comando do Exército, um Conselho de Defesa Interna (CONDI); um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos chefiados pelo comandante de cada área e denominados, nas missões contra a "subversão", comandantes de Zonas de Defesa Interna (ZDI).

→ A missão dos CONDI é a de implementar a cooperação entre as autoridades civis e militares, na luta anti-subversiva, além de outras parcerias. Cabe aos CODI planejar e coordenar as ações de contra-resistência nos vários escalões de comando,

integrando-se também com a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal e as Secretarias de Segurança Pública dos vários Estados.

O comando único de todas as operações é entregue aos comandantes dos CODI/DOI, operacionais e executivos. De acordo com o segundo comandante do CODI/DOI de São Paulo, major (hoje coronel reformado) Carlos Alberto Brilhante Ustra, as Forças Armadas chegam a empregar 450 homens nos vários CODI/DOI, dos quais 250 em São Paulo (10 oficiais, 25 sargentos e 5 cabos, além de homens e mulheres das Polícias Civil e Militar).

O major Ustra, conhecido, entre seus colegas e pelos presos políticos, como "Major", "doutor Silva" e "doutor Tibiriçá", recebe, do Exército, em 1972, a Medalha do Pacificador.

Sobretudo a partir do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, o Estado de São Paulo torna-se a principal referência do regime militar no combate à esquerda. Para centralizar essas operações, o general José Canavarro Pereira, comandante do Segundo Exército, cria em 1º de julho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN), instalando-a, primeiro, nas dependências de um quartel do então Segundo Exército (atual Comando Militar do Sudeste), no bairro do Ibirapuera, região sul de São Paulo.

Mais tarde, a OBAN é transferida, sob controle militar, para as instalações de um distrito policial, na rua Tutóia, no bairro do Paraíso, também em São Paulo. Seu

primeiro comandante é o tenente-coronel do Exército Valdir Coelho, que recebe, em 1970, de sua arma, a Medalha do Pacificador.

Em pouco tempo, a OBAN transforma-se na referência central da repressão no país.<sup>31</sup> Centenas de presos políticos são levados para as suas instalações e muitos deles são mortos sob torturas. Um documento do 2º Exército, o RPI 06/75 (Relatório Periódico de Informações), que se encontra nas pastas da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), no Arquivo Geral do Estado de São Paulo, informa que, até junho de 1975, haviam sido mortos 47 presos políticos, presos pelo CODI/DOI paulista e três já haviam chegado mortos a esse órgão.

O RPI 06/75 indica que, até 30 de junho de 1975, o CODI/DOI do Segundo Exército havia prendido 2.355 pessoas, das quais 859 foram encaminhadas para o DEOPS, 192 "para outros órgãos", 1.254 liberadas, 47 mortas e uma teria fugido. Foram também recebidos 821 presos de outros órgãos (301 dos quais enviados para o DEOPS, 298 para "outros órgãos", 214 liberados enquanto dois teriam fugido e três morreram).

A Lei Federal 9.140/95 reconhece a morte de 136 dissidentes políticos desaparecidos, de 1961 a 1979. A Comissão Nacional sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada por esta mesma Lei, e de caráter paritário aponta a responsabilidade

---

<sup>31</sup> Desde a sua fase de planejamento, a OBAN recebe apoio financeiro de importantes empresários brasileiros, entre os quais o banqueiro Gastão Vidigal e o industrial Henning Boilesen.

do Estado na morte de outros 148 militantes, no mesmo período, sendo a tortura a principal causa mortis.

Nos porões da OBAN, são mortos, entre outros dissidentes, José Ferreira de Almeida (agosto de 1975), o jornalista Vlademir Herzog (outubro de 1975) e o metalúrgico Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976). Nos três casos, foram divulgados comunicados oficiais, após as mortes, afirmando que os militantes haviam praticado suicídio. No entanto, vários testemunhos de presos políticos indicam que estas mortes ocorreram sob tortura.

Na OBAN, também esteve preso e foi torturado o religioso dominicano Frei Tito de Alencar Lima.<sup>32</sup> Outro dissidente interrogado na OBAN foi o atual Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O funcionamento dessa unidade de elite acontecia cotidianamente dentro da rotina de qualquer quartel militar (paradas, recepção ao comandante, hasteamento da Bandeira Nacional e trocas de guardas).<sup>33</sup>

Inicialmente, os quadros de OBAN eram integrados exclusivamente por militares do Exército. Posteriormente, já antes da criação do CODI/DOI, a

---

<sup>32</sup> De acordo com o relato de Frei Betto, em seu livro "Batismo de Sangue", Frei Tito foi levado do Presídio Tiradentes para a OBAN, no dia 17 de fevereiro de 1970. Foi recebido pelo capitão Maurício que lhe disse: "Você agora vai conhecer a sucursal do inferno". Noutro interrogatório, outro oficial da OBAN, capitão Albermaz, afirmou, antes de ligar os fios para os choques elétricos: "quando venho para a OBAN, deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede... guerra é guerra, ou se mata ou se morre".

<sup>33</sup> De acordo com entrevista sigilosa, concedida ao autor desta dissertação, por um oficial da reserva que atuava na OBAN.

Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal e as Polícias Civil e Militar do Estado de São Paulo também se integraram à Operação Bandeirantes, sempre sob o comando do Exército.

Ex-agentes da repressão política afirmam que a OBAN atuava sob o comando formal de um oficial do Exército e sob o comando real de outro oficial, um general, que não era conhecido publicamente.

Dizem, também, que essa unidade especializou-se no refinamento da prática da tortura. Enquanto no DEOPS, a tortura do "pau-de-arara" era aplicada, nos presos políticos, com intervalos de 10 a 15 minutos, na OBAN os presos eram deixados pendurados durante longos períodos, o que provocava a morte, depois de algum tempo. Os corpos eram recolhidos por soldados e levados para cemitérios clandestinos, em Perus, na periferia de São Paulo e no município de Osasco.<sup>34</sup>

Entre os principais torturadores da OBAN - citados por ex-agentes da repressão - encontrava-se o soldado Cleto, um corneteiro que, pela sua brutalidade e sangue frio, era sempre convocado pelo comandante da unidade, para participar das sessões de tortura.

---

<sup>34</sup> Os ex-agentes sustentam que o cemitério de Perus não é o único local em que se encontram enterrados restos de presos políticos mortos sob torturas. Citam também o município de Osasco, na Grande São Paulo, mas não indicam o local exato dos sepultamentos.

A atuação dos agentes repressivos baseava-se em algumas motivações, por eles mesmos explicitadas e que podem ser classificadas de acordo com a seguinte tipologia:

1ª - Motivações baseadas nas "razões de Estado".

Em nome da Doutrina de Segurança Nacional, os agentes, principalmente os de maior patente, civis e militares, alegavam, por exemplo, que estavam praticando torturas ou desenvolvendo atividades de inteligência, em nome dos interesses "superiores" da Nação e do Estado, contra os quais "subversivos" estariam lutando.<sup>35</sup> Afirmavam que o país vivia uma situação de "guerra" e que, nessa conjuntura, os "inimigos" deviam ser "esmagados".

Era muito comum a alegação da existência de uma "guerra", envolvendo, de um lado, os defensores "da paz e da ordem", e, do outro, "os inimigos da civilização ocidental-cristã", ou seja, "os defensores do comunismo".

2ª - Motivações baseadas na "obediência devida".

Um dos motivos mais comuns para a repressão física e psicológica, sobretudo nas alegações dos integrantes dos escalões inferiores da repressão, era o da "obediência devida". Nesse sentido, era rotineiro o uso, nas repartições do aparelho

---

<sup>35</sup> Um dos chefes das equipes de interrogatório da OBAN, o capitão de artilharia Homero César Machado, conhecido como "capitão Homero", costumava dizer aos presos que interrogava ou torturava: "Estou aqui como funcionário do Estado. Farei tudo o que for necessário para retirar as informações de que o Estado necessita. Vocês, pela importância que têm, terão que me dar informações. E, por isso, têm de ser torturado. Se vocês fossem governo, eu estaria a serviço de vocês".

repressivo, da expressão "estamos cumprindo ordens" para legitimar a prática da tortura e a atitude de guerra sem tréguas contra qualquer pensamento, atitude ou ação considerados dissidentes.

③<sup>a</sup> - Motivações baseadas na vingança explícita.

Uma terceira motivação, apresentada pelos agentes, era a de vingança explícita contra os dissidentes, pelos mais diferentes motivos. Eram responsabilizados, por exemplo, e conseqüentemente, torturados, porque teriam aumentado o expediente de trabalho dos policiais, atrapalhado compromissos sociais ou, até mesmo, por serem responsáveis pelos "baixos salários" pagos pelo Estado.

④<sup>a</sup> - Motivações ligadas à perspectiva de ascensão profissional.

Havia ainda um outro quadro de motivações, identificado principalmente nas camadas mais subalternas do aparato repressivo, ligado à perspectiva de ascensão profissional, decorrente dos serviços prestados ao regime autoritário.

### Seleção

Os agentes eram selecionados a partir da observação, feita pelos superiores, quanto ao seu comportamento nas suas unidades e repartições: se fossem considerados inteligentes e aptos para o serviço de inteligência e de repressão, eram convocados e a sua auto-estima era exaltada, com a perspectiva de passarem a

integrar os quadros especiais dos órgãos de segurança, podendo subir mais rapidamente ou auferirem melhores salários ou remunerações extraordinárias.

Mensalmente, eram obrigados a entregar relatórios aos seus chefes imediatos sobre todos os seus contatos profissionais e de amizades. Isto incluía a atualização permanente da lista completa de seus amigos e conhecidos.

Os relatórios deviam incluir, também, as características de cada um dos amigos e parentes mais próximos, seja físicas, seja psicológicas, com todas as indicações sobre as atividades profissionais e sobre as posições ideológicas, diante do regime.

Os agentes eram orientados a desenvolverem atividades de infiltração em todos os ambientes. Os policiais ou agentes ligados à área religiosa voltavam sua atenção especificamente para os integrantes da hierarquia da Igreja (bispos, padres, religiosos e leigos), para, a partir desses relacionamentos amistosos, conseguirem dados sobre as atividades desenvolvidas em cada área.

Na escolha dos agentes, pesava, sobretudo, a própria experiência pessoal de violência. Muitos deles, sobretudo aqueles oriundos dos quadros policiais estaduais, já atuavam de forma violenta, antes de serem incluídos nos quadros da polícia política. A experiência de torturas praticadas contra os chamados “presos comuns” passou a ser utilizada, da mesma forma, contra os chamados “presos políticos”.

A especialização dos agentes da repressão política teve a contribuição especial do governo norte-americano. É paradigmático o caso do agente policial norte-americano Dan Mitrione<sup>36</sup>, que veio ao Brasil, ao Uruguai e a outros países da América Latina com a missão de ensinar técnicas de torturas.

Oficiais franceses também teriam participado, nos anos 70, do treinamento de policiais e militares latino-americanos em técnicas de interrogatório e tortura, utilizando os métodos desenvolvidos pela França, na guerra da Argélia (1954-1962).<sup>37</sup>

Uma abordagem fenomenológica da prática da repressão política indica, também, a vigência, nos agentes, de um comportamento esquizofrênico, marcado por uma dupla atitude: de um lado, a realização de atividades cotidianas rotineiras e normais, como é o caso de estudar, trabalhar, namorar, passear, praticar esportes e, de outro, o desenvolvimento, sem sentimentos de culpa, das

---

<sup>36</sup> Dan Mitrione era funcionário do Office of Public Safety (OPS), uma divisão da Agency for International Development, dos Estados Unidos. Ministrou cursos para policiais e militares brasileiros nos anos 70. O ex-chefe da polícia política do Uruguai, Alejandro Otero, concedeu entrevista ao "Jornal do Brasil", em 1970, afirmando que Mitrione e outros assessores norte-americanos ensinaram, aos agentes, técnicas científicas de torturas. Uma das suas frases prediletas, nas aulas, segundo Otero, era de que necessário "infligir o medo certo, no lugar certo, na quantidade certa, para atingir o efeito desejado". Outro ex-agente, Manoel Hevia Conculuella, relata suas conversas com Mitrione no livro "Pasaporte 11.333 eight years with the CIA". Afirma que Mitrione orientava seus alunos para que, quando recebesse um suspeito, procurasse, primeiro, determinar seu estado físico e seu grau de resistência por meio de um exame médico para evitar mortes prematuras.

<sup>37</sup> Esta informação foi publicada em reportagem da revista parisiense "Le Point" em 14 de junho de 2001, com o título "A outra guerra suja de Aussaresses". O general francês Paul Aussaresses, que foi adido militar da França no Brasil, entre 1973 e 1975, revelou ter praticado assassinatos e torturas contra revolucionários argelinos, quando comandava um "esquadrão da morte", em Argel. Considerado um especialista em

atividades repressivas específicas, como é o caso das tarefas de infiltração, espionagem e realização de torturas contra presos.

Essa esquizofrenia revelava-se, também, na prática religiosa de muitos desses agentes, incluindo a freqüência aos cultos, às missas, aos sacramentos, paralela ao desconhecimento, na prática, das normas morais religiosas.

Foi invocando motivações cristãs que um grupo de delegados do DEOPS/SP divulgou, em 20 de novembro de 1969, carta de protesto contra o arcebispo de Ribeirão Preto, D. Felício César da Cunha Vasconcelos, que excomungou, com base no Código de Direito Canônico, delegados daquele município, acusados da prática de torturas contra a religiosa madre Maurina Borges Silveira.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> *Moção de Solidariedade. Os delegados de policia que trabalham no DOPS em solidariedade aos dois delegados de Ribeirão Preto, excomungados pelo arcebispo, publicaram a nota que transcrevemos do «Correio da Manhã» de 20.11.69.*

"Os delegados de policia em exercício no DOPS, que estes subscrevem, todos católicos, apostólicos, romanos, na qualidade de co-responsáveis pela manutenção da ordem pública e social no Estado de São Paulo, vêm de público externar integral solidariedade aos bacharéis Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano, os quais foram arbitrariamente e despoticamente excomungados pelo Arcebispo de Ribeirão Preto, por terem, no restrito e escorreito cumprimento dos deveres funcional e legal, conseguido desbaratar um ponderável grupo de terroristas pertencentes à FALN, que intranquilizava os laboriosos municípios da fecunda e próspera região da Alta Mogiana, figurando, dentre eles, a Madre Superiora do Lar Santana, cuja prisão preventiva já foi decretada pelo CPJM da 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo.

Lamentamos, contristados, que criaturas humanas, que, pela formação religiosa, deveriam cultivar o amor ao próximo, tenham, em desastrosa inversão, substituído o bem pelo mal, o justo pelo injusto, a simplicidade pela arrogância, a humildade pela arrogância, a serenidade pela precipitação, a tranqüilidade pela violência e amor pelo ódio.

Não permitiremos que se transformem os conventos em valhacoutos, nem os templos em mercado de corruptores e nefastos inimigos da pátria a serviço do comunismo internacional.

Ninguém nos desviaria da defesa dos postulados realmente cristãos e democráticos, alicerçados nos fundamentos da liberdade, do direito, da justiça, e da indestrutível unidade nacional, sob a égide e proteção de Deus, que amamos, reverenciamos, honramos, respeitamos e dignificamos.

5. Paulo, 18 de novembro de 1969.

## SNI

O Serviço Nacional de Informações foi criado, em 13 de junho de 1964, pela Lei nº. 4.341, com o objetivo de "superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional", com a verba inicial de Cr\$ 200 milhões.

Foram-lhe dadas, com base em sua missão principal, cinco tarefas: (a) de assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação, afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades para-estatais; (b) de estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contra-informação, os necessários entendimentos e ligações com os governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com administrações municipais; (c) de proceder, no mais alto nível, à coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de

---

Ivair Freitas Garcia, Alcides Cintra Bueno Filho, Celso Teles, Nilton Fernandes, Silvio Morais Bartoleti, Francisco Guimarães Nascimento, Edzem Magnoti, Orlando Rossanti, Firminiano Pacheco Neto, Sérgio Paranhos Fleury, Roberto Guimarães, Alceu Forte, Valter Fernandes, Fábio Lessa Souza Camargo, Rubens Cardoso de Melo Tucunduva, Raul Ferreira, Edson Venício Charmilot, Roberto Quaz, Gil Antônio Pereira, Laudo Simoni, Renato D'Andrea, Eduardo Quaz, Antônio Fasoli, Rui Prado de Francesco, Francisco Franco Amaral, Celso Santos Coura, Cervantes Vidal, Romeu Tuma e Luís Orzatti. (Cf. SEDOC, vol. 2, dezembro de 1969).

Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria Geral deste Conselho; (d) de promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

De acordo com a lei 4.341, o pessoal necessário ao SNI podia ser requerido diretamente pelo chefe do serviço a todos os órgãos do Poder Executivo.

Todas as antigas seções de segurança dos ministérios foram transformadas em divisões de segurança e informações (DSIs). Em todos os demais órgãos, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário, foram criadas Assessorias de Segurança e Informações (ASIs).

Competia, ainda, ao SNI, elaborar o planejamento de informações estratégicas, de segurança interna e de informações. Todas estas tarefas eram executadas por meio de três seções: a) de informações estratégicas; b) de segurança interna e c) de operações especiais.

Essas seções interligavam-se, por sua vez, com o serviços secretos dos ministérios militares (o Centro de Informações do Exército, CIE; o Centro de Informações da Marinha, CENIMAR e o Centro de Informações da Aeronáutica, CEA), com os CODI/DOI e com os Departamentos de Ordem Política e Social (DEOPS), das Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

---

### **Funcionamento da repressão**

O modus operandi do SNI e dos demais órgãos da Polícia política baseava-se na experiência e nas recomendações da CIA e de outros serviços de inteligência de países ocidentais. No entanto, estudos sobre a polícia política soviética, a KGB, também constam do currículo da Escola Nacional de Informações, criada, em abril de 1971, pelo presidente Médici, para preparar os funcionários dessa área, dentro do chamado “Sistema Nacional de Informações”.

O “recrutamento operacional” era uma das primeiras atividades dos agentes. A apostila LS-10-102, publicada, em 1973, pelo SNI, cita nove grupos considerados “privilegiados”, em termos de eventual fornecimento de informações: políticos, diplomatas, militares, jornalistas, cientistas, empresários, engenheiros e químicos, profissionais “com escritórios” e artistas.

Ensina, também, atividades de contra-informação, incluindo o controle permanente dos meios de comunicação e o controle da “propaganda adversa contra os valores espirituais, morais e sociais da Nação”.

Todas essas atividades de inteligência prevêm, necessariamente, a violação de correspondências, a interceptação telefônica, a censura e a vigilância de pessoas suspeitas, além de técnicas de infiltração.

Para a descrição de pessoas, a apostila 10.104, do SNI-ESN, reserva cinco páginas e meia, para aspectos físicos específicos, 22 páginas para vários tipos de rostos e quatro páginas somente para as orelhas. A ESN preparou, também, apostilas especiais para os interrogatórios, incluindo técnicas de torturas físicas e psicológicas<sup>39</sup>

### **Brasil: Nunca Mais**

Depois do documento de d. Cândido Padin sobre a DSN, em 1968, um segundo projeto, desenvolvido pela Igreja e por entidades de direitos humanos, de documentação das atividades repressivas, durante o regime autoritário, é o "Brasil: Nunca Mais", elaborado durante nove anos, sob a coordenação do cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns.

Uma equipe interdisciplinar analisou, um por um, aproximadamente 700 processos que tramitaram pelas auditorias militares dos Estados brasileiros, arquivados no Superior Tribunal Militar (STM). A longa e sigilosa pesquisa resultou na publicação de 12 volumes, com quase 7.000 páginas.

---

<sup>39</sup> Baffa, Ayrton. Nos Porões do SNI. Rio de Janeiro. Editora Objetiva. 1989.

Dois livros, com resumos desses volumes ("Brasil: Nunca Mais" e "Perfil dos Atingidos"), publicados pela Editora Vozes, já venderam mais de 300 mil exemplares.

O "Brasil: Nunca Mais" documentou nove categorias diferentes de funcionários do sistema repressivo, incluindo os nomes de 444 torturadores. Com base nos arquivos do STM, listou também 285 formas diferentes de torturas, aplicadas em aproximadamente 17 mil presos (apenas aqueles constantes desses processos).

### **Cooptação na USP**

Um caso de cooptação de uma aluna do curso de Filosofia da USP, nos anos 70, exemplifica os métodos de atuação da polícia política. A estudante, filha de pais europeus (seu pai judeu, havia sido preso em um campo de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial), mantinha contatos de amizade com clérigos católicos.

Tornou-se namorada, sem conhecimento dos antecedentes, de um agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Foi presa em 1971, torturada e obrigada, depois de libertada, a continuar mantendo seus contatos na Igreja.

Envolveu-se afetivamente com um dos seus torturadores, um investigador da polícia civil paulista, com o qual chegou a conviver e ter filhos. Esse investigador, já falecido, pertencia à equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, no DEOPS/SP.

Depois de receber a herança de uma tia, que morava na França, ela conseguiu deixar o país e foi morar, com os filhos, na Europa.<sup>40</sup> Hoje, com 53 anos, revela aos amigos que induziu os agentes a erros, sobre seus contatos na Igreja, só repassando-lhes informações que já seriam conhecidas.

### **Religiosos atingidos pela repressão**

A primeira análise sobre o impacto da repressão política nos meios religiosos brasileiros foi publicada, em dezembro de 1978, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a pedido do cardeal Arns e do bispo de Goiás, d. Tomás Balduino, com o título "Repressão na Igreja no Brasil. Reflexo de uma situação de opressão (1968/1978)".

O documento aponta, em sua parte metodológica, um vazio de registros, nesse campo, entre 1970 e 1975, tendo seu ápice em 1974. Destaca que, neste período, ocorreu o auge da censura aos meios de comunicação e às artes em geral, com a

---

<sup>40</sup> Os nomes dessa ex-aluna da USP e dos demais envolvidos em seu caso são mantidos em sigilo.

mudança de estratégia da repressão e com uma maior incidência de mortos e desaparecidos.

O registro da repressão à Igreja é categorizado em ataques difamatórios, invasões, prisões, tortura, mortes, seqüestros, processos, intimações, expulsões, censura, proibições e falsificações.

A coleta de dados foi concluída em outubro de 1978 e o documento inclui, ainda, dois anexos: um com uma lista de nomes de bispos atingidos pela repressão e outro com dados gerais sobre a situação social do país, além de conclusões e bibliografia.

Na categoria de prisões, o texto registra, no período 1968/1978, 122 casos de prisão de padres, religiosos, seminaristas e bispos, brasileiros e estrangeiros que trabalhavam no Brasil. Dos 122 presos, 36 eram estrangeiros, nove bispos e 84 padres.

O ano com o maior número de prisões foi 1969 (29), sob a vigência do Ato Institucional n.5 (AI-5) e, quanto a 1974, não há registro.<sup>41</sup>

Outro quadro estatístico registra 273 prisões, na mesma década, de cristãos engajados no trabalho pastoral, destacando-se o maior número em 1976 (85).<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> O ano de 1974, registrou um dos maiores índices de atividade repressiva do regime, atingindo, em São Paulo, colaboradores diretos do cardeal Arns, entre os quais o metalúrgico Waldemar Rossi, da Pastoral Operária e a educadora Maria Nilde Mascellani.

<sup>42</sup> A íntegra deste documento é republicada no apêndice I desta dissertação, com autorização dos autores.

Já o "Brasil: Nunca Mais" (BNM)<sup>43</sup> registra, entre os processos do STM analisados pelos pesquisadores, 15 dirigidos exclusivamente contra membros da Igreja, entre 1964 e 1979. Doze desses processos tiveram início em 68 e anos seguintes.

A segunda publicação do BNM destaca que o aumento da repressão à Igreja, a partir de 1968, pode ser atribuído ao AI-5, que "agravou a repressão política como um todo", assim como às mudanças na atuação social da Igreja latino-americana, em decorrência da aplicação das recomendações dos documentos aprovados pelos bispos do continente, na Conferência de Medellín (Colômbia 1968).<sup>44</sup>

Um outro balanço sobre as relações entre Igreja e Estado no Brasil, incluindo relatos sobre a repressão política, foi publicado, em 1986, pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), abrangendo o período 1964/1970.<sup>45</sup>

Um dos primeiros alvos da repressão, a partir de 1964, foi a Ação Católica, integrada por diversos movimentos compostos basicamente por leigos. O Assistente Nacional da Ação Católica Brasileira (ACB), d. Cândido Padin, relata que o golpe militar praticamente coincidiu com sua nomeação para o episcopado, em junho de 1962, como bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Como Assistente Nacional da Ação Católica, tinha que acompanhar todos os movimentos do laicato católico, mas, de um modo especial a Juventude Universitária Católica (JUC), porque essa organização estava sem assistente nacional.

---

<sup>43</sup> "Brasil: Nunca Mais. Petrópolis. Editora Vozes. 2000. 31 edição.

<sup>44</sup> "Perfil dos Atiingidos". Projeto "Brasil: Nunca Mais" Tomo III. Petrópolis. Editora Vozes. 1988.

<sup>45</sup> CPV. "As Relações Igreja-Estado no Brasil". São Paulo. Edições Loyola. 1986.

Uma de suas primeiras ações, após o golpe de 1964, foi a intervenção, junto aos militares, após a prisão de 10 líderes da Ação Católica (JUC e JEC) que estavam reunidos, no Rio de Janeiro, entre os quais o religioso dominicano frei Betto.

Haviam sido presos de madrugada e levados para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Os militares não se identificavam por seus nomes próprios, mas por codinomes e o bispo levou quatro horas para convencê-los a libertarem os estudantes. D. Cândido lembra que os órgãos de repressão preferiam fazer, nos fins de semana, as capturas de pessoas suspeitas, aproveitando-se do recesso generalizado.

Na seqüência de seu trabalho, passou a verificar que todas as reuniões da Ação Católica eram vigiadas. Naquele momento da história, os militares acusavam a Ação Católica de realizar uma atuação "política" e não religiosa. Entre outras iniciativas para responder a essa ofensiva oficial, que também era compartilhada por muitos bispos (entre os quais o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Jaime de Barros Câmara), a Ação Católica resolveu promover um seminário, em Aracaju (SE), com representantes da JUC, de todos os estados, sobre "Cristianismo e Ideologia" orientado pelo filósofo jesuíta padre Henrique de Lima Vaz..

No seminário, Vaz argumentou em favor da tese da "distinção essencial" entre Cristianismo e ideologia, sendo esta de caráter "temporal e terreno" e o Cristianismo, de caráter "transcendental".

A ACB liberou, contudo, os integrantes das várias Juventudes Católicas para atuarem no campo político, como leigos, com base nos princípios cristãos, aplicados a plataformas políticas progressistas.

A partir daí, ganharam força as iniciativas que resultaram na estruturação da Ação Popular (AP), uma das organizações mais destacadas na resistência ao regime autoritário. Passou, então, a haver uma nítida distinção, nos meios eclesiais, entre a

JUC e a AP, assumindo esta um projeto nitidamente político, voltado para a transformação social, enquanto à JUC cabia uma missão com características mais "espirituais".

Nesta ocasião, o próprio d. Cândido ajudou vários líderes católicos a saírem clandestinamente do país, diante da perspectiva de serem presos.

Em seu conjunto, contudo, o episcopado brasileiro revelava, nesta época, "algumas hesitações" diante do regime. Muitos dos bispos não tinham clareza sobre os aspectos ideológicos subjacentes ao golpe militar e estavam de acordo com o afastamento do presidente João Goulart.

Entendiam que Goulart não tinha um projeto definido para o Brasil. Além disso, consideravam que a "revolução" havia sido deflagrada para "defender a civilização ocidental-cristã". Havia, pois, uma coincidência de objetivos do enfrentamento de um "inimigo comum": o comunismo. Pouco a pouco, porém, essa visão sobre o novo regime foi mudando, no conjunto do episcopado, na medida em que os bispos passaram a receber, cada vez mais, informações de seus colaboradores imediatos com denúncias de espionagem, ameaças, detenções e torturas praticadas contra pessoas suspeitas.

Essas informações chocavam-se com um ponto central da doutrina cristã - o valor atribuído à "dignidade da pessoa humana"- , compartilhado pelo conjunto da hierarquia, independentemente das posições ideológicas de cada bispo.

Em 1967, diante do agravamento deste quadro (e tendo, como fator central de motivação, o assassinato do estudante da USP Alexandre Vannuchi Leme), uma corrente significativa de bispos mobilizou-se para a preparação de estudos e para um trabalho interno na CNBB, destinado a demonstrar a "incompatibilidade" entre a DSN e a Doutrina Social cristã.

Os casos de perseguição e tortura, particularmente contra os integrantes da Ação Católica Brasileira (que eram um alvo preferencial do regime, por serem considerados mais convictos ideologicamente, diante de suas motivações cristãs) causavam um impacto cada vez maior na Igreja.

Mesmo os bispos que, no início, distinguiam "aspectos positivos" no regime, começaram a mudar de posição ao tomarem conhecimento de que militantes de suas dioceses estavam sendo objeto de perseguição política.

A reação às atitudes repressivas do regime representaram o principal fator interno de mudança de atitude da Igreja diante do regime, secundado por uma série de outros fatores internacionais, dentro e fora do campo eclesiástico.

Entre as personalidades mais influentes, nesse processo, esteve o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, que, várias vezes, interveio pessoalmente, diante do general Golbery do Couto e Silva e de outros chefes do regime, em favor do fim da repressão política, da libertação dos presos e da anistia política.<sup>46</sup>

Por isso mesmo, o cardeal Arns passou a ser considerado "o inimigo público número um" da ditadura. A emissora da arquidiocese de São Paulo - a rádio Nove de Julho - foi fechada depois de transmitir um sermão de Arns em favor dos direitos humanos. O seu jornal - "O São Paulo" - também foi objeto de censura prévia e teve uma edição falsificada, por encomenda do SNI.

---

<sup>46</sup> D. Paulo Evaristo Arns, nasceu em Forquilha, Criciúma, SC, em 14.09.1921. Ingressou na ordem franciscana em 1939. Ordenou-se presbítero a 30.11.1945 em Petrópolis, RJ. Frequentou a Sorbonne onde se laureou em Patrística e línguas clássicas. Foi professor e, como jornalista, dirigiu o Centro Informativo Católico (CIC). Foi vigário nos subúrbios de Petrópolis e nomeado bispo auxiliar do cardeal arcebispo de São Paulo, d. Agnelo Rossi, em 2 de maio de 1966. Começou a atuar na região Norte de São Paulo e foi nomeado arcebispo em 22 de outubro de 1970, tomando posse em 1 de novembro desse ano. O papa Paulo VI nomeou-o cardeal em 5 de março de 1973. É o principal responsável pelo projeto "Brasil: Nunca Mais", no qual teve o apoio do pastor presbiteriano Jaime Wright e de um grupo de peritos.

Dezenas de seus colaboradores (padres, religiosos e leigos) foram presos e torturados. O auge da repressão indireta contra d. Paulo ocorreu em 1974, justamente antes da transição do governo Médici para o governo Geisel. Em janeiro de 1974, um grupo de colaboradores do cardeal Arns - entre os quais o metalúrgico Waldemar Rossi e a educadora Maria Nilde Mascellani - foi preso e submetido a torturas físicas e psicológicas.

### América Latina

O conflito entre os regimes autoritários latino-americanos, inspirados na DSN e a Igreja, teve caráter continental. O acontecimento coletivo mais destacado, neste sentido, ocorreu na segunda quinzena de agosto de 1976, quando forças militares invadiram uma casa religiosa no Equador e prenderam cerca de 40 dirigentes cristãos (bispos, padres, religiosos e leigos de toda a América Latina), que foram expulsos sob a alegação de "articulação subversiva".

A reunião havia sido convocada pelo bispo de Riobamba, Equador, d. Leonidas Proaño, para debater uma estratégia de atuação pastoral da Igreja em favor da afirmação da identidade indígena. D. Proaño era o responsável pela pastoral Indigenista no Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> Um dos participantes da reunião, d. Cândido Padin, conta que assinou a convocatória para essa reunião, com d. Proaño. Participaram 17 bispos da América Latina e mais três norte-americanos. Outro representante brasileiro era, o então bispo de Crateus (CE), d. Antônio Batista Fragoso. Neste momento, o Equador era governado por uma Junta Militar. Já estava em funcionamento, no continente, o sistema de informações entre os governos dos Estados Unidos e da América Latina, para monitorar todas as atividades dos setores considerados dissidentes diante dos regimes militares. Isto aconteceu, inclusive, antes da deflagração da "Operação Condor". Logo no terceiro dia da reunião de Riobamba, o local da reunião foi invadido por tropas militares do exército equatoriano. Os participantes foram obrigados a entrar em um ônibus e foram levados para Quito, onde ficaram detidos, durante uma noite, no quartel general do Exército. O Ministro da Justiça equatoriano havia recebido comunicado do general Augusto Pinochet, informando-lhe que um grupo de bispos estava reunido em Riobamba para "planejar uma revolução social" no continente.

A repressão às pessoas e aos setores da Igreja, considerados "subversivos", ganhou dimensão continental nos anos 70, quando os serviços secretos dos governos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai articularam suas organizações e seus funcionários na chamada "Operação Condor", destinada não apenas a recolher informações sobre os dissidentes e sobre as organizações opositoras aos regimes militares, mas também para executar tarefas de eliminação de líderes.<sup>47</sup>

A atuação social da Igreja na América Latina estava também no centro das preocupações do governo norte-americano. O "Relatório Rockefeller", de 1969, afirmava ser a Igreja "uma das principais forças populares na América Latina".

Em 1975, a Conferência dos Bispos da Bolívia registrou a circulação, no país, de um plano, atribuído à CIA, com uma estratégia voltada à ofensiva contra os setores progressistas da Igreja. O plano incluía a intimidação de bispos e padres comprometidos com os direitos humanos e com os movimentos sociais; o incentivo aos conflitos entre as correntes internas da Igreja e o estímulo às iniciativas conjuntas entre a Igreja e o Estado.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> O Brasil participou da "Operação Condor", tendo como base operacional o SNI, com a colaboração dos serviços secretos das Forças Armadas. A partir de 1996, forneceu equipamento para troca de informações sigilosas entre os cinco países integrantes da Operação, com base em pesquisas feitas por cientistas contratados pelo Ministério das Relações Exteriores e coordenados pelo físico Ademar Aragão, da Universidade de Brasília. O projeto, denominado "Prólogo", foi financiado com verbas secretas do Governo federal (por meio do Itamaraty e do SNI para implementar técnicas de criptografia. (Conforme reportagem da Folha de S.Paulo, publicada em 14 de junho de 2001).

<sup>48</sup> Diálogo Social. Cidade do Panamá. Nº 81. Agosto de 1976.

## **Capítulo III**

# **Os Colaboradores da Repressão**

## **Os informantes da repressão**

Em mais de 20 anos de hegemonia, o regime autoritário conseguiu estabelecer e consolidar uma extensa rede de informantes e colaboradores em praticamente todas as áreas da vida nacional.

Muitos deles foram aproveitados pelos órgãos remanescentes de inteligência militar e policial, reorganizados durante e depois do período de transição para a democracia.

No caso específico da Igreja, o regime recebeu, desde 1964, a colaboração voluntária de bispos, padres, religiosos e leigos, identificados ideologicamente com a DSN e com as correntes eclesiais conservadoras.

Pouco a pouco, foi organizando sua própria estrutura de cooptação de agentes religiosos, utilizando, para isso, o know how especializado dos serviços secretos.

Alguns desses colaboradores, identificados por várias fontes, nunca se preocuparam em esconder a sua parceria com o regime autoritário.

O detalhamento de sua colaboração está registrado em documentos e arquivos da própria Igreja e em depoimentos de líderes religiosos e presos políticos.

### **Lenildo Tabosa Pessoa**

Advogado e jornalista, Lenildo foi editorialista do jornal "O Estado de S. Paulo" e atuou como um dos principais colaboradores dos órgãos de repressão durante o regime autoritário.

Ex-seminarista, nascido em Pernambuco, e com base em seus conhecimentos filosóficos e teológicos, obtidos durante a sua formação no Vaticano, Lenildo tornou-se um dos assessores privilegiados do DEOPS/SP, na análise de documentos apreendidos com os presos políticos e principalmente nos interrogatórios de presos ligados às diversas áreas de atuação da Igreja Católica.

Ainda estudante em Roma, Lenildo organizou uma rede de informações, em conexão com a polícia política, sobre as atividades de padres, bispos e teólogos brasileiros que moravam ou visitavam a sede do Catolicismo.

Entre os interrogados pela Polícia, com a participação de Lenildo, estiveram os religiosos dominicanos presos, em São Paulo, no caso Marighella. Um deles, João Valença, afirma que Lenildo era ligado ao delegado Alcides Cintra Bueno, do DEOPS e que, um dia, foi chamado, com outros frades, para ser interrogado pelo jornalista.<sup>49</sup> Lenildo era piloto de avião e morreu num acidente aéreo em 15 de setembro de 1993.

#### **D. Geraldo de Proença Sigaud**

Arcebispo de Diamantina (MG), d. Geraldo de Proença Sigaud colaborou estreitamente com o SNI, fornecendo-lhe informações e denúncias

<sup>49</sup> "Nesta época, (Lenildo) conhecia bem e era um apologista dos romances de Manzoni. Um dia, alguns dos nossos foram chamados, sob a ordem do diretor geral do DEOPS, para serem inquiridos pelo inquisidor Lenildo. Começou a nos interrogar sobre, exclusivamente, a doutrina social da igreja, para nos mostrar que éramos contrários ao pensamento social da Igreja. Sua argumentação parava no tempo, no século passado e negava todos os documentos a partir de João XXIII. Fixava mais em Leão XII e Pio XII. Os frades se recusaram terminantemente a responder a qualquer pergunta. Somente o padre Marcelo Carvalheira (hoje bispo) perdeu seu tempo, argumentando com Lenildo e contrapondo com textos mais recentes do Vaticano. Isto é muito importante relatar porque mostra como a mídia, na época, desejava desvirtuar e nos condenar pelo trabalho de militância que realizamos e, ao mesmo tempo, silenciar os dominicanos e a Igreja de São Paulo. Chegariam a CNBB e aos bispos mais progressistas. Pressionariam Roma através do Núncio Apostólico. Nesta mesma época, no DEOPS, onde estávamos sendo interrogados, o clima de gozação à Igreja era generalizado. Nas salas dos delegados, à porta, anteposto ao nome, estava a palavra frei. No de Tucunduva, estava escrito frei Tucunduva etc". "Uma história do tempo da ditadura", depoimento do ex-presos político e religioso dominicano João Valença ao Grupo Tortura Nunca Mais, de Pernambuco.

sobre o que chamava de “infiltração comunista” no clero e no episcopado brasileiro.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 26 de fevereiro de 1977, Sigaud denunciou a existência de “focos comunistas”, na Igreja Católica do Brasil e citou os nomes de d. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia e de d. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho (GO) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), como “os principais responsáveis pelo clima tenso nas relações entre Igreja e Governo”.

Afirmou, na mesma entrevista, haver “infiltração comunista em todas as partes e até na Igreja”, destacando que “as idéias de d. Pedro Casaldáliga, que chama os proprietários de porcos gordos e os fazendeiros de ladrões, além de considerar as cercas como maldição, são de alguém que participa da invasão comunista no país”. Disse, ainda, que “caso esses bispos não mudem radicalmente de posição, as conseqüências com o governo serão as piores possíveis”, acrescentando: “Se isto acontecer eu não estarei ao lado deles”.<sup>50</sup>

Em outra entrevista, em 27 de fevereiro de 1977, ao jornal “O Estado de São Paulo”, Sigaud sugeriu ao governo militar que tentasse obter junto ao Vaticano a expulsão de Casaldáliga e que exercesse, ao mesmo tempo, “uma vigilância mais rigorosa sobre as comunidades de base, que, subordinadas a bispos como este, podem se tornar um barril de pólvora”. Citou, também, os padres dominicanos, como outros responsáveis “pela infiltração comunista na Igreja do Brasil”.

Na mesma edição, Balduino respondeu que “uma acusação deste tipo revela, claramente, o descontentamento por uma Igreja que vê na justiça, uma dimensão essencial da pregação do Evangelho”.

---

<sup>50</sup> *Jornal do Brasil* (RJ): “Bispo denuncia focos comunistas na Igreja”.

Três dias depois, em nota assinada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, os bispos paulistas manifestaram solidariedade aos bispos e aos dominicanos acusados por Sigaud<sup>52</sup>.

Em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, de 4 de março de 1977, Casaldáliga classificou a proposta de Sigaud como “uma espécie de traição” e disse que a sugestão para expulsá-lo “estava na mesma linha de hipótese já analisada há muito tempo pelo governo”.

Para Casaldáliga, Sigaud estava “consciente ou inconscientemente sendo utilizado por poderes paralelos”, interessados em esvaziar os posicionamentos da CNBB.

Nesse mesmo ano, circulou entre bispos e autoridades brasileiras um documento, atribuído à Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), já distribuído na Bolívia, com orientações para a “destruição” da chamada “igreja progressista” na América Latina.

O documento sugeria que, para neutralizar a tendência da Igreja e dos cristãos de se preocuparem com as reformas sociais, os governos não deveriam romper com toda a instituição eclesiástica.

“Temos que separar a Igreja dos padres estrangeiros – afirmava o documento – para que, assim, se desenvolva um trabalho de bloqueio a estes e, conseqüentemente, às áreas mais avançadas”.

O documento propunha, também, táticas para agredir, violar e desmoralizar os padres e bispos mais preocupados com os problemas sociais da América Latina<sup>53</sup>.

Sigaud mantinha contatos permanentes com os “órgãos de segurança” do governo. Antes da assembléia geral da CNBB de 1977, o arcebispo de Diamantina

---

<sup>52</sup> “O Estado de São Paulo, 27 de fevereiro de 1 de março de 1977.

<sup>53</sup> Cf. Sedoc, vol. 9, junho 1977, 102.

foi visitado por agentes da polícia política, que lhe entregaram todos os dados do processo de expulsão de Casaldáliga, instaurado pelo governo militar. Os mesmos agentes colocaram-se à sua disposição para maiores informações.

Diante da celeuma provocada na Igreja, por suas atitudes, Sigaud encaminhou carta confidencial aos cardeais e bispos brasileiros, em 27 de abril de 1977, tendo, como anexo, relatório sobre Balduino e Casaldáliga, que havia encaminhado ao Núncio Apostólico (embaixador do Papa) em Brasília, d. Carmine Rocco, em 29 de março de 1977.

Na carta ao episcopado, Sigaud reafirmava que os seus dois colegas “defendem doutrinas e tomam atitudes que justificam a nota de comunismo que lhes atribuí”. Reafirma, depois que existe “infiltração comunista” na Igreja do Brasil e que atua, no país e no continente, uma corrente teológica que, “em nome do evangelho, defende teses comunistas”.

De modo explícito, Sigaud diz que, em alguns seminários do Brasil, os seminaristas estão sendo formados com base nessa teologia e que 26 ou até 81 bispos brasileiros já aderiram a esta corrente e “estão promovendo a implantação de um comunismo-marxista e cristão em nossa pátria”.

No relatório enviado ao Núncio, Sigaud já havia acusado Casaldáliga e Balduino de quererem “a derrubada do nosso governo atual e a mudança radical do nosso sistema de vida”.

Noutro trecho do relatório, com base em atas e outros documentos internos da CNBB, Sigaud acusava Casaldáliga de ter organizado um grupo dentro da CNBB, denominado “grupo-não-grupo”, do qual participariam “elementos subversivos”, entre os quais o presidente do DCE Livre da USP, Alexandre Vannuchi Leme, que seria assassinado, no CODI/DOI.

Mais adiante, voltava a acusar Casaldáliga como “um comunista militante, que procurava sublevar o povo contra os cidadãos e as instituições brasileiras”.

Sobre Balduino, afirmava que “ele aprova as idéias e atitudes de D. Pedro”, mas que “é mais difícil apresentar provas documentais destas idéias e princípios porque S. Excia., que é mineiro, é muito mais prudente do que D. Pedro que é espanhol”.

O relatório de Sigaud ao Núncio Apostólico citava, também, os nomes de outros dois denunciantes: José A. Ribeiro Leme e o padre Pedro Sbarbelloto, da Congregação Salesiana.

Em outubro de 1977, Casaldáliga e Balduino escreveram carta ao papa Paulo VI pedindo seu apoio “nesta hora em que o episcopado brasileiro sente-se atingido em nós e noutros de seus membros, submetidos à suspeita inclusive por parte de algum co-irmão no apostolado”.

Afirmavam mais adiante: “Não pretendemos justificar-nos nem pedimos uma atenção privilegiada... Queremos apenas expressar a Vossa Santidade nossa preocupação – neste rumoroso processo que nos envolve – diante da distorção da Doutrina Social da igreja e de sua instrumentalização, em vez do pluralismo exigido pela vivência histórica da única Fé”.<sup>54</sup>

Em 13 de setembro de 1968, Sigaud fez visita ao presidente Costa e Silva e no dia seguinte, em entrevista, comentou ter-lhe informado sobre o seu apoio à linha política do governo e sobre a atuação de comunistas nas universidades.

Sigaud preocupava-se em registrar, com a colaboração de agentes da polícia política, pessoas infiltradas e outros informantes, todos os passos de Casaldáliga e de Balduino.

---

<sup>54</sup> Signos de Lucha y Esperanza. CEP, Lima, Peru, 1978, pg. 188.

Constam de seus relatórios, em poder da CNBB e da Nunciatura Apostólica em Brasília, cópias dessas investigações. Numa delas, Sigaud denuncia uma suposta aliança do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com a Igreja para organizar um "movimento de massa a fim de derrubar o governo".

Em maio de 1977, Casaldáliga concedeu entrevista ao "Jornal do Brasil", em que afirmou que essa documentação que Sigaud encaminhou ao Vaticano "há muito tempo está nas mãos de diferentes órgãos de segurança".

Acrescentou saber, de fontes oficiais do Congresso Nacional, que foram os militares da chamada "linha dura" que entregaram a documentação pronta a Sigaud.

Casaldáliga destacou que nunca havia organizado nenhum grupo de bispos e que era comum a discussão de programas pastorais com religiosos e leigos, a portas abertas, durante a própria assembléia nacional da CNBB e que o chamado "grupo-não-grupo" não existia enquanto grupo organizado. Disse, ainda, que Alexandre Vannuchi, morto pela repressão, nunca participou de nenhuma dessas reuniões.

A ofensiva integrista e anti-comunista de Sigaud não se limitou apenas aos bispos brasileiros. Já em 1968, em entrevista ao "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, o arcebispo denunciou o próprio papa Paulo VI como "responsável pela onda esquerdizante da Igreja".

Afirmou que Paulo VI "era complacente com o esquerdismo de alguns padres", por causa do trauma gerado na sua vida pessoal pelo assassinato do pai pela polícia de Benito Mussolini.

Em 1968, Sigaud e d. Antônio de Castro Mayer somaram-se à TFP para pedir ao Vaticano que silenciasse o teólogo e sociólogo belga José Comblin, que vivia no Brasil desde 1958, um dos principais integrantes da corrente progressista da igreja. O mesmo pedido foi feito ao governo militar para que o padre Comblin fosse expulso do Brasil.

Sigaud aposentou-se como arcebispo em 1996 e morreu em 5 de setembro de 1999, de insuficiência respiratória, em Belo Horizonte, com 89 anos. Antes de morrer, Sigaud rompeu com a TFP, por entender que essa organização assumia posições contrárias ao Concílio Vaticano II com o tal e não apenas aos documentos aprovados por essa assembléia.

#### **D. Antônio de Castro Mayer**

Uma das principais expressões do integrismo e do nacional catolicismo brasileiro, d. Antônio de Castro Mayer nasceu em Campinas (SP), em 20 de junho de 1904. Estudou na Universidade Gregoriana de Roma e foi ordenado padre em 30 de outubro de 1927.

De volta ao Brasil, ensinou Filosofia e Teologia, por 30 anos, no Seminário Arquidiocesano de São Paulo. Foi nomeado assistente geral da Ação Católica na Arquidiocese de São Paulo, em 1940, promovido a cônego em 1941 e, depois, a vigário geral. Em 6 de março de 1948, foi nomeado, pelo papa Pio XII, como bispo auxiliar da diocese de Campos/RJ, com direito à sucessão.

Como um dos participantes do Concílio Vaticano II, alinhou-se com o arcebispo integrista francês d. Marcel Lefebvre (1905-1991). Mayer renunciou à diocese de Campos em 1981 e morreu em 25 de abril de 1991.

Como um dos aliados mais fiéis da TFP, participou de todas as campanhas dessa organização contra a reforma agrária, contra o comunismo, contra o divórcio e contra as chamadas “reformas de base”, no período pré-1964.

Do mesmo modo, colaborou com Sigaud nas denúncias contra a “infiltração marxista” na Igreja Católica.

#### **D. Luigi Mascolo**

Bispo da Igreja Católica Apostólica Brasileira (dissidência da Igreja Católica Apostólica Romana), d. Luigi Mascolo consta, nos arquivos governamentais, como colaborador dos órgãos de informação, segundo depoimento sigiloso de ex-agentes da repressão.

Os agentes contam que o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, foi procurado, em 1964, pelo Arcebispo de São Paulo, D. Agnello Rossi, para pedir providências quanto à atuação de d. Luigi, acusado de arrecadar, fraudulentamente, muito dinheiro com a venda de milagres e curas divinas, na igreja de Santo Antônio do Categeró, na Zona Leste de São Paulo. O governador teria respondido ao cardeal que iria fazer contatos com o SNI já que d. Mascolo era italiano.

Segundo os agentes, d. Luigi era colaborador do SNI e, depois de ter prestado “muitos serviços”, foi preso e jogado de um avião sobre a floresta amazônica.

Os agentes aproximaram-se de d. Luigi Mascolo, apresentando-se como vendedores de lotes em condomínios e chegaram a vender-lhe terrenos. Durante um certo período, d. Luigi fez declarações à imprensa favoráveis ao regime militar, contrapondo-se, assim, às origens da Igreja Católica Brasileira, fundada, nos anos 50, pelo bispo de Maura, D. Carlos Duarte de Oliveira, no interior de São Paulo.

D. Carlos era simpatizante do regime soviético e chegou a publicar um livro elogiando o comunismo. Foi depois, excomungado, pelo Papa, por ter aberto uma dissidência no Catolicismo.

## **Na Argentina**

As evidências mais conhecidas de colaboração entre hierarcas da Igreja e o regime autoritário verificaram-se, porém, na Argentina.

Um dos principais conselheiros do general Jorge Rafael Videla foi o arcebispo Adolfo Tortolo, vigário das Forças Armadas e presidente da Conferência Episcopal argentina.

Na véspera do golpe de estado de 24 de março de 1976, dois dos chefes da conspiração - o próprio general Videla e o almirante Emilio Massera - reuniram-se com a direção do episcopado argentino, em Buenos Aires.

No mesmo dia, os comandantes militares reuniram-se com Tortolo, na sede do Vicariato Castrense (órgão da estrutura da Igreja, específico para o atendimento às Forças Armadas).

Seu adjunto, o pró-vigário do Exército, d. Victório Bonamín, antecipou o apoio da cúpula da Igreja ao golpe, em sermão feito, em 23 de setembro de 1975, exaltando os militares "purificados com sangue no rio Jordão para se colocarem à frente de todo o país", perguntando-se: "não desejará Jesus Cristo que, algum dia, as Forças Armadas estejam além de sua função?".

Toda tônica de seus sermões e conferências esteve marcada pela defesa da intervenção militar contra o "materialismo ateu" e em favor do "humanismo cristão".

Quando Tortolo renunciou, por doença, em 1981, o Papa nomeou, como seu sucessor, o bispo d. José Medina, conhecido, na sua antiga diocese de Jujuy, como um denunciante permanente de pessoas suspeitas de "esquerdismo".

A Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos (CONADEP), presidida pelo escritor Ernesto Sábato, registra vários depoimentos de ex-presos políticos, que afirmaram ter sido submetidos a torturas na presença de sacerdotes católicos.

É o caso, por exemplo, de Eusébio Héctor Tejada, que declarou ter sido torturado, no presídio de Caseros, em março de 1980, na presença do padre Alejandro A. Cacabelos, capelão auxiliar do Exército, em Buenos Aires.

Entre a alta cúpula do episcopado católico e o regime militar argentino, foi feito um acordo para que a Igreja respaldasse a ação repressiva do governo autoritário e para que, em contrapartida, os militares garantissem os privilégios do Catolicismo.

Dos aproximadamente 80 bispos argentinos, somente quatro assumiram uma posição pública de dissidência ao regime: d. Enrique Angelleli, de La Rioja; d. Jaime de Nevares, de Neuquén; d. Miguel Hesayne, de Viedma e d. Jorge Novak, de Quilmes.

O próprio Núncio Apostólico na Argentina, durante o regime militar, d. Pio Laghi, está incluído numa lista de 1.351 pessoas vinculadas com a repressão política na Argentina, ao lado do arcebispo de La Plata, d. Antônio José Plaza, do bispo de Tucumán, d. Blás Conrero, do bispo de Jujuy, d. José Miguel Medina, do monsenhor Emilio Grasselli, do padre Cristhian von Wernich e de vários capelães militares.

O Núncio sempre negou este envolvimento.<sup>55</sup> No entanto, a Associação das Mães da Praça de Maio, apresentou em maio de 1997, uma denúncia formal contra

---

<sup>55</sup> Cf. Passarelli Bruno e Elenberg, Fernando: "El cardenal y los desaparecidos". Buenos Aires. 1999.

Laghi junto à Justiça italiana, acusando-o de "ter participado, por cumplicidade direta ou indireta" do processo repressivo argentino.

## Diferenças

Quais seriam as diferenças básicas entre as atitudes do episcopado brasileiro e dos bispos argentinos diante dos respectivos regimes autoritários?

Em primeiro lugar, a aliança entre Igreja e Estado nos dois países, como ocorreu nas demais nações latino-americanas, está ligada historicamente ao projeto colonial ibérico. Essa aliança assumiu, especificamente, o formato do regime do Padroado, cujas bases podem ser identificadas na Bula do Papa Alexandre VI, publicada em 4 de maio de 1493, reconhecendo aos Reis Católicos a propriedade das terras descobertas ou a serem descobertas.

Na maioria dos países da América Latina, o Padroado desapareceu com a separação republicana entre Igreja e Estado. No entanto, na Argentina, a relação especial entre as duas instituições continuou a ser mantida, inclusive nos textos constitucionais.

Em plena ditadura militar, em 25 de fevereiro de 1977, o general presidente Jorge Videla assinou a lei 21.540, concedendo pensão mensal vitalícia aos bispos aposentados, inclusive aos bispos auxiliares.

Outra lei da ditadura argentina, a de número 22.950, de 25 de outubro de 1983, assinada pelo general presidente Reynaldo Bignone, determinava a destinação de uma verba mensal do Estado, a ser destinada à Igreja, referente a cada aluno argentino nos seminários maiores católicos, equiparando-os ao pessoal civil da

administração pública nacional. Esse mesmo benefício foi conferido pelo artigo 2º desta lei, às ordens dos Mercedários, Dominicanos, Franciscanos, Jesuitas e Salesianos.

Os registros da própria Igreja e das organizações de direitos humanos da Argentina indicam, que entre 1974 e 1983, foram assassinados ou desapareceram, em definitivo, 16 sacerdotes católicos.

No Brasil, a separação entre Igreja e Estado foi formalizada com a Proclamação da República. Na Argentina, a Concordata<sup>56</sup> entre o Estado e a Igreja Católica perdurou até o final dos anos 60.

---

<sup>56</sup> Em Direito Público Eclesiástico denomina "Concordata" uma convenção escrita e assinada entre a Santa Sé e um Estado de população majoritariamente católica tratando da organização eclesial deste Estado e de seu relacionamento com a Igreja Católica Apostólica Romana. Na história da Igreja o maior número de Concordatas (18) foi assinado no Pontificado de Pio XI (1922-1939). Nesta época, foram também assinados os Acordos de Latrão, em 1929, entre o ditador italiano Benito Mussolini e o cardeal Gasparri, representante de Pio XI.

## Considerações Finais

## V - Considerações finais

A análise da colaboração entre agentes religiosos católicos e o regime autoritário de 1964, no contexto das relações entre Igreja e Estado no Brasil, é o objeto central deste estudo.

A leitura comparativa de documentos, as entrevistas, outras pesquisas e a tentativa de compreender esse processo, levam a algumas considerações necessariamente provisórias.

Em primeiro lugar, é evidente que Igreja e Estado no Brasil sempre mantiveram uma interação específica, fundamentada no próprio processo de formação social, econômica, política e cultural do país.

Essa interação é vigente em todas as épocas, períodos e momentos históricos da vida brasileira, inclusive nos momentos de interrupção da ordem democrática.

No período entre 1964 e 1985, em que o país viveu sob regime autoritário, as relações Igreja/Estado ocorreram no marco de dois modelos sociológicos de Igreja institucional: o modelo de Igreja-Sociedade Perfeita e o modelo de Igreja-Povo de Deus.

Seguindo os padrões do modelo Igreja-Sociedade Perfeita, a instituição eclesial, em um primeiro momento, apresentou uma atitude conciliatória diante

do novo regime, sobretudo por sustentar a bandeira comum da luta contra o comunismo.

No entanto, já com base no modelo de Igreja-Povo de Deus, essa instituição passou a somar forças com a sociedade civil nas iniciativas voltadas para a transição para a democracia.

Influiu decisivamente, nessa mudança de posição, a tendência cada vez mais repressiva do regime com relação às pessoas e às organizações dissidentes, quase todas elas integradas, em boa parte, por membros da Igreja.

A colaboração específica de agentes religiosos com a polícia política do regime autoritário envolveu bispos, padres, integrantes de congregações religiosas e leigos.<sup>57</sup>

Vários desses colaboradores são, hoje, conhecidos, seja porque assumiram posição pública de defesa do regime, seja porque foram identificados por presos políticos e/ou por pessoas por eles denunciadas aos órgãos de repressão.

A maioria continua, porém, incógnita, protegida pelo seu próprio silêncio e pelo muro de segredo construído e preservado por parte dos órgãos de inteligência do governo (SNI, depois a ABIN, ministérios militares e Polícia Federal).

Um aspecto específico dessa análise refere-se às motivações dos colaboradores para o desempenho de suas tarefas. Neste sentido, é fundamental

aprofundar o estudo sobre a formação do pensamento e da práxis da direita no Brasil.

Uma das principais referências, nesse estudo, é, certamente, a influência do pensamento francês. Políticos, filósofos, movimentos sociais e religiosos franceses marcaram profundamente a gestação e a evolução do pensamento político brasileiro, seja no campo do Estado, seja no âmbito da Igreja, tanto à esquerda, quanto à direita.

Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, as doutrinas norte-americanas no campo da geopolítica também influenciaram os rumos da política estatal brasileira (mais especificamente, da política militar). O principal referente, nesse aspecto, é a Doutrina de Segurança Nacional.

Embora oficialmente descartada no atual momento histórico brasileiro, cujo principal referente é a Constituição de 1988 (a Carta do Estado Democrático de Direito), essa Doutrina continua, porém, vigente como referencial básico na política brasileira de inteligência.

Quanto à Igreja, mantém seu perfil, as vezes, contraditório, as vezes unitário, marcado pela coexistência e pela interação entre os modelos de Igreja-Sociedade Perfeita e Igreja-Povo de Deus.

---

<sup>57</sup> Isto é, não clérigos, na linguagem eclesiástica e no Direito Canônico.

O modelo hegemônico voltou a ser o de Igreja-Sociedade Perfeita, sob o governo do papa João Paulo II, com a característica específica do neo-conservadorismo progressista (cf. Pablo Richard), ou seja, com a adoção de um comportamento progressista nos assuntos internos e conservador nos temas internos.

Essa postura revela-se, evidentemente, no plano internacional, em que o Papa atua como chefe de uma monarquia teocrática singular, com o peso específico de caráter psicossocial no mundo.

Por último, importa destacar a complexidade do tema deste estudo, a exigir uma abordagem interdisciplinar, com a contribuição essencial de diversas ciências, como é o caso da História, da Antropologia, da Sociologia, da Economia Política e da Psicologia Social.

A aproximação a uma temática dessa natureza é profundamente desafiadora e a formulação de questões em aberto, mais do que de respostas, constitui, talvez, a contribuição específica deste trabalho.

# APÊNDICE

## **REPRESSÃO NA IGREJA NO BRASIL** **reflexo de uma situação de opressão (1968/1978)<sup>58</sup>**

### **1. APRESENTAÇÃO**

Alguns bispos brasileiros encomendaram ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) um texto sobre a situação dos Direitos Humanos na América Latina. Iniciando o levantamento de dados, foi possível observar que a tarefa seria difícil e extensa. Isto porque, em todos os países, verificam-se violações dos direitos humanos em maior ou menor grau. O universo de uma pesquisa sobre o tema seria visto diante do curto tempo disponível.

Optamos então por elaborar um texto sobre o Brasil, considerando que, os demais países latino-americanos vem produzindo material exaustivo sobre o assunto, tendo acesso a fontes mais precisas uma vez que falam de suas realidades próximas; - no Brasil existe pouco material sistematizado, específico para a área de Igreja; - apenas agora começa-se a tentar centralizar a documentação existente em nosso país, com o intuito de trabalhá-la; surgem as primeiras propostas de análise sobre as relações Igreja/Estado, no período posterior a 1964; - a imprensa nacional começa a divulgar matéria guardada durante o período de maior censura.

---

<sup>58</sup> Documento informativo elaborado pelo CEDI como contribuição ao estudo da questão dos Direitos Humanos, a pedido do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e de D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás. Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI. Rio de Janeiro, dezembro 1978 (mimeo).

Este material é informativo. Não se pretende aqui analisar os fatos, abordar a complexidade da conjuntura nacional nos últimos 10 anos (o que corresponde ao intervalo entre Medellín e Puebla). Pretendemos sim, de modo simples dar uma idéia de volume, reavivar a memória, reunir as pistas para um trabalho de maior fôlego, para o qual, desde já, pedimos a ajuda daqueles que dispuserem de complementação para os dados aqui apresentados.

Assim, o CEDI pretende atender a proposta que lhe foi feita, da melhor maneira; possível, tendo plena consciência dos limites deste trabalho, elaborado na intenção de contribuir para o estudo da questão dos direitos humanos em nosso país.

## II. REFLEXÕES EM TORNO DO TEMA

Na última década a problemática da violação dos direitos humanos, nos diversos países da América Latina, tem impressionado e sensibilizado muitos setores da sociedade. O grau de violência atingiu a um tão alto nível que se tornou impossível desconhecer ou mesmo deixar de tomar atitude frente às mortes, seqüestros, torturas e desaparecimento de tantas pessoas.

O dramático da situação latino-americana era de tal ordem que não se podia especular sobre as origens das declarações, ou se era possível ou não estabelecer relações teológicas ou bíblicas com os seus preceitos. Naquele instante o importante era buscar formas de salvar certas vidas, diminuir o sofrimento, criar canais de proteção, oferecer assistência e recursos, enfim usar- todos os meios possíveis para diminuir o sofrimento e a dor.

A continuidade dessas violações e a sua progressiva escalada pelo continente foi levando certas instituições a tomarem posição clara contra tal situação. Entre elas têm papel preponderante as Igrejas, que passaram a se constituir em fontes

denunciadoras dessas gravíssimas violações. O confronto desses setores com a situação latino-americana foi, entretanto, mostrando cada vez mais que era necessária e urgente uma compreensão mais profunda do que significava a luta pelos direitos humanos, onde estava a raiz das suas violações e as atitudes conseqüentes a que o engajamento nessa batalha deveria levar. Era necessário dar um passo mais adiante, ir além da denúncia da violência que aparecia naquele momento, de forma mais gritante aos olhos do mundo, ir buscar as verdadeiras causas de uma situação que não era simplesmente acidental, mas que decorria de razões estruturais ainda mais injustas e violentas do que aquelas que, estarreciam o mundo nos últimos anos.

### **1 - A Situação Latino-americana na Perspectiva da Igreja**

A queda dos governos liberais, o ascenso de regimes militares repressivos e violentos, o constante fortalecimento de Estados - onipotentes e onipresentes - a difusão da doutrina da Segurança Nacional de guerra total e de luta ideológica, o fracasso dos modelos econômicos propostos por esses governos, a crescente diferenciação entre setores da população, aumento da marginalização de milhares de trabalhadores e camponeses, foi levando a grupos e instituições que se haviam empenhado na luta pelos Direitos Humanos, tomando como bandeira a Declaração Universal, aprovada pela ONU, em 1948 (e que, a bem da verdade, afirmou-se foi bastante eficaz nos momentos agudos da repressão, já que sensibilizou abrangentes setores da sociedade), a discutir com mais profundidade o seu significado.

O episcopado brasileiro (Igreja Católica) na sua última reunião de 18 a 25 de abril de 1978, assim diagnosticou a presente situação latino-americana, que indicava de maneira inequívoca a violação profunda dos Direitos Humanos: "(...) Observa-se,

no continente latino-americano, uma exacerbação do conflito opressores e oprimidos, devido a uma situação de gritante iniquidade social.

Acentua-se a injustiça na posse e uso da terra, pela pressão exercida por grandes empresas sobre os que a ocupam e dela tiram os meios de subsistência, incentivando a proletarização do homem rural. Aos mecanismos de pressão dessas empresas soma-se a criminosa política agrária de alguns países sul-americanos, que ameaça a sobrevivência da pequena propriedade rural, trabalhada em regime de economia familiar. Também os grandes projetos oficiais, que acarretam desapropriação de terras de pequenos proprietários e posseiros a preços injustos e paga tardia, levam os camponeses despreparados e sem recursos à marginalização social nas periferias das grandes cidades.

Essa pressão vem atingindo também as populações indígenas, dizimadas progressivamente pela redução de suas reservas, pelas migrações forçadas, pelo contágio com as frentes de expansão do capitalismo agrário que acaba por absorvê-las como mão-de-obra indefesa e facilmente explorada. A iníqua repartição das rendas vem propiciando um perigoso afrontamento das classes sociais. Enquanto, por um lado, uma minoria pode permitir-se padrões requintados de consumo, por outro lado, a grande maioria dos marginalizados se extenua na luta pela sobrevivência. É na América Latina que se encontram os países de mais amplo leque de dispersão salarial, que constitui o mais grave escândalo social de um continente que é tido por cristão.

A posse dos meios de produção concentra-se nas mãos de grupos poderosos ou do Estado, ao mesmo tempo em que se acelera a desnacionalização das economias nacionais, pelo domínio crescente das multinacionais. Uma boa parte dos problemas de nossas cidades vem das relações de trabalho, fruto dessa concentração

do poder econômico e da conseqüente exploração dos trabalhadores, cuja vida familiar e social é condicionada pelo salário baixíssimo que recebem.

Aumentam as concentrações urbanas a um ritmo acelerado pelas migrações de grandes contingentes humanos através do êxodo rural. Criam-se, assim, problemas que ameaçam de colapso as próprias megalópoles. Entre esses problemas, destacam-se a extensão da favelização, sitiando as cidades a partir de suas periferias, a política de remoção das favelas, exacerbando o problema da segregação dos pobres e o crescimento da criminalidade e de formas selvagens de violência.(...)

A situação de injustiça vai sendo mantida por mecanismos de violência institucionalizada, por forças de repressão operando fora da lei e gozando de omissão, complacência ou cumplicidade dos poderes e gerando reações desesperadas que oferecem pretextos para repressões mais violentas. (...)

Pelo surgimento de regimes militaristas, os sistemas políticos do continente foram progressivamente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional que, absolutizando o Estado, reduziu a segurança das pessoas e concentrou o poder nas mãos de oligarquias restritas que decidem o destino das nações. (...)

Os esforços do continente por libertar-se de sua condição secular de dependência são ameaçados de fracasso pelas articulações trilaterais dos pólos de dominação tendentes a transformar o subdesenvolvimento, de uma fase transitória de um processo, em função permanente e tolerável de um sistema global".

## **2. O Passo Qualitativo na Luta pelos Direitos Humanos**

Não era possível, portanto, à luz da realidade que se vive, que a luta se circunscrevesse simplesmente na indicação dos direitos humanos, como um ideal a ser alcançado, de forma retórica e abstrata, sem buscar o seu relacionamento com

uma práxis concreta e comprometida. Era também necessário ultrapassar a luta pelos direitos individuais, civis e políticos, e avançar na conquista dos direitos sociais e coletivos.

Com a eleição de Carter para a presidência dos Estados Unidos e com a Constituição da Comissão Trilateral, alguns setores da América Latina começaram a perceber que a bandeira dos Direitos Humanos, simplesmente da maneira como estava sendo apresentada poderia ser uma forma de encobrir as transformações mais profundas que precisam ser efetuadas nas estruturas sociais dos países latino-americanos.

O militarismo latino-americano, que tinha servido nesses últimos quinze anos aos objetivos do sistema capitalista e da política externa dos Estados Unidos, começa a ser revisado mesmo por aqueles que o haviam incentivado

O sistema de Segurança Nacional, como ideologia e prática, naquele momento era plenamente conseqüente com os interesses dos países hegemônicos do capitalismo e das suas grandes empresas multinacionais. O conceito de "guerra total" favorecia a segurança dos investimentos e a garantia dos lucros, já que qualquer crítica ou contestação ao Estado era considerada arma dos "inimigos do regime" e seus autores, indivíduos ou instituições, eram considerados subversivos e sujeitos à repressão. As constituições forjadas a partir deste pressuposto têm, no conceito de Estado, uma totalidade homogênea e unívoca, uma espécie de superpessoa, não deixando espaço para se considerar o indivíduo e muito menos a plena participação popular.

E dentro deste contexto que os bispos latino-americanos vão, em 1968, declarar, em Medellín, o seu compromisso de "despertar nos homens e nos povos uma viva consciência de justiça, infundindo-lhes um sentimento dinâmico de responsabilidade e solidariedade". E especificam a prioridade desta ação em

"defender os direitos dos pobres e oprimidos e denunciar energicamente os abusos conseqüentes das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração".

No Sínodo de 1974, os bispos declarariam que "a Igreja crê firmemente que a promoção dos direitos humanos é requerida pelo Evangelho e é central no seu ministério".

A crise econômica, a partir de 1973 - cujo "milagre brasileiro" é o exemplo mais flagrante, uma vez que serviu de modelo ao militarismo latino-americano - começou então a apresentar sintomas alarmantes que se iriam agudizar com a crise do petróleo. Com o mercado em franca contração, o modelo de desenvolvimento dos regimes militares, nada mais fez que agravar a crise internacional.

Cria-se a Comissão Trilateral (EUA, Europa e Japão) e visa-se fomentar na América Latina um crescimento mínimo e igualitário que aumente o poder aquisitivo do povo, simultâneo a um crescimento industrial fracamente competitivo. Segundo o "trilateralismo" as condições ótimas para o crescimento adequado das economias latino-americanas são as seguintes: governos civis e democracia formal que favoreça uma certa prosperidade da classe média, a pequena indústria e os grupos comerciais dependentes e uma redistribuição mais eqüitativa da renda. E isto tem como objetivo:

1. Prevenir as demandas excessivamente radicais para uma Nova Ordem Econômica Internacional.
2. Orientar as economias do Terceiro Mundo para uma industrialização minimamente competitiva nos mercados internacionais.
3. Estimular novos mercados orientados para a aquisição de bens de capital e de consumo, produzidos em esfera trilateral.

Neste contexto, os EUA revisaram suas relações com o militarismo latino-americano e concluíram que deviam retirar todo seu apoio aos regimes militares, de tal modo que, a curto prazo, o poder passasse às mãos civis. Ora, o militarismo latino-americano não é o sistema mais apto para favorecer, num futuro próximo, os interesses econômicos dos integrantes do Plano Trilateral.

A crise econômica mundial exige que se incentivem ao máximo os mercados internos possibilitando às massas um maior poder aquisitivo. A bandeira dos Direitos Humanos passa também a se constituir como um dos ideais do Governo Carter e da política trilateral. Nada de modificações mais profundas, nem de regimes onde os interesses dos trabalhadores sejam os dominantes. A luta deve ser para "liberalizar" certas situações políticas muito duras e possibilitar "democracias-relativas".

Nesse novo contexto e com a tomada de consciência da Igreja e dos próprios trabalhadores, a temática dos direitos humanos passa a ser olhada sob outras perspectivas.

a) Procura-se a identificação teórico-prática dos direitos humanos com a situação dos próprios trabalhadores e marginalizados. Estes não têm só necessidades, mas especialmente direitos, que não se circunscrevem somente à subsistência biológica, mas também ao trabalho em condições dignas, a organizarem-se livremente, a participarem livre e plenamente das decisões econômicas e políticas e a passarem a ser sujeitos de sua história.

b) A busca de uma perspectiva de liberação social, que vai exigir que a temática dos direitos seja vista a partir da ótica dos oprimidos e que não se circunscreva a denunciar certas conseqüências de uma ordem social estruturalmente injusta.

Naturalmente que tais posições estão exigindo um aprofundamento na luta pelos Direitos Humanos, que certamente trará mais compromissos e opções mais

claras. As violações dos direitos individuais como têm sido proclamadas, podem dentro da implantação da política trilateral decrescer e até deixar certos setores da população já satisfeitos com a nova situação. Entretanto, isso não basta. E preciso ir mais adiante - ultrapassar a luta pelos' direitos individuais para a busca dos direitos sociais. A Igreja não se pode satisfazer com o mínimo.

A fidelidade ao Evangelho exige posições mais radicais e opções claras em favor daqueles que, realmente, são as grandes vítimas de uma sociedade injusta, baseada na desigualdade e na exploração.

### III. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Quanto às datas, é necessário apontar que existe um vazio de registros que vai de 1970 a 1975, tendo seu ápice em 1974. Isto se deve, cremos nós, à maior censura no período, assim como a mudança de estratégia da repressão.

Nesta época, não foi possível veicular publicamente notícias de maiores ataques verbais à Igreja, não se pode fazer menção a prisões de sacerdotes. No entanto, é justamente neste período que é possível notar a maior incidência de mortos e desaparecidos, no conjunto da sociedade brasileira, nas listas de que se dispõe.

Quanto aos fatos cadastrados como base para a elaboração deste texto, referem-se a bispos, sacerdotes, religiosos e cristãos engajados na pastoral que, por seu compromisso em comunidades de base, grupos de evangelização, paróquias, movimentos e instituições ligadas à Igreja, foram citados explicitamente em documentos oficiais. Alguns dados gerais entram apenas como ilustração, para que se estabeleçam relações de proporção, inscrevendo os fatos conhecidos na Igreja, no conjunto de fatos que atingiram à sociedade como um todo.

O registro das agressões à Igreja, obedeceu à seguinte categorização:

- a) **ataques difamatórios:** visou-se, sobretudo, observar o conteúdo dos ataques verbais ou feitos através da imprensa, à Igreja, a pessoas da Igreja.
- b) **Invasões:** entendeu-se como invasões: cercos, devassas, busca e apreensão, espionagem na intimidade de residências e reuniões de Igreja.
- c) **Prisões:** registrou-se como prisões, todo tipo de detenção, por horas, dias, meses ou anos; atentando-se, na medida do possível, para os motivos e as datas dos fatos.
- d) **Tortura:** atentou-se, sobretudo, para a referência explícita a maus tratos físicos e/ou psicológicos.
- e) **Mortes:** selecionou-se os nomes e motivos de mortos por assassinato, por "suicídio" em consequência de tortura, em tiroteios de rua; relacionou-se uma lista de ameaças de morte, em diversas circunstâncias.
- f) **seqüestros:** entendeu-se como seqüestros os casos de desaparecimento de bispos, sacerdotes e cristãos engajados na pastoral, que ficaram sem explicação mesmo quando as pessoas em questão reapareceram.
- g) **processos:** levou-se em conta os processos que envolveram bispos, sacerdotes, religiosos e grupos de cristãos.
- h) **intimações:** entendeu-se por intimações os fatos em que as pessoas foram obrigadas a comparecer para apenas prestar depoimento, havendo implicações jurídicas ou não.
- i) **expulsões:** listou-se as expulsões do país, dos locais de trabalho, por decreto, processo ou pressão; registrou-se as ameaças de expulsão e os banimentos de sacerdotes e religiosos.

j) **censura:** relacionou-se os fatos denunciados publicamente de censura a jornais, revistas, emissoras, correspondência explicitamente de Igreja e as violações de bagagem.

i) **proibições:** listou-se os fatos referentes ao prejuízo do exercício do ministério pastoral através do impedimento de publicações, trabalhos de base, convites a autoridades da Igreja e, diretamente, das funções pastorais.

m) **falsificações:** observou-se os casos falsificação de publicações, cartas, ou identificação de pessoas.

Constam também deste trabalho:

Anexo I, que corresponde a uma lista de nomes de bispos atingidos pela repressão que sabemos bastante incompleta para o conjunto e a gravidade das ocorrências.

Anexo II, que consta de alguns dados gerais sobre a situação social da população brasileira, no intuito de iluminar o quadro mais amplo da opressão no qual se dá a repressão no Brasil. E, ainda, conclusões e bibliografia (Obs.: a coleta de dados foi encerrada em outubro de 1978).

#### **IV. AGRESSÕES À IGREJA**

##### **a) Ataques Difamatórios**

Os registros são parciais. Um levantamento exaustivo desta categoria situando-se os fatos no contexto conjuntural, incluindo-se as diferentes formas de defesa utilizadas pela Igreja, nas diversas situações, as pessoas ou órgãos de imprensa atacantes, por si só, forneceria material para um livro... Por esse motivo, limitamo-nos ao relato sucinto de fatos que foram considerados expressivos em termos de demonstrar o tom no qual se faz referência à Igreja ou a pessoas da Igreja, tradicionalmente reverenciadas, porém atacadas grosseiramente a partir do momento

em que se pronunciavam ou agem em defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

É importante notar que há ocasiões em que se atinge a Igreja diretamente. Outras, em que se visa a Igreja, mas ataca-se pessoas isoladamente. O conteúdo das citações indica uma variedade que vai desde o já familiar "padres comunistas e subversivos" até a difamação moral, passando pela responsabilização da Igreja pelo "clima de insegurança" em que vive o país, com o objetivo claro de desviar a opinião pública dos reais motivos que a preocupariam merecidamente.

Muitos casos de agressões verbais e/ou pela imprensa, estão vinculados a agressões maiores. Nestas circunstâncias, se optou por registrar o fato principal, abandonando-se a discussão em torno dele.

## Os fatos

Ministro acusa Igreja de "intenções de agitação insurrecional" por motivo das celebrações de missa de 7º dia pela morte do estudante Edson Souto, assassinado em 1968.

General refere-se a D. Fragoso como "sacerdote controvertido, bispo do povo, grande polemista da miséria que faz o pastoreio da desgraça". Secretário de Segurança, acusa o mesmo Bispo de ter "ligações com Carlos Marighela" (ex-deputado, assassinado em 1969).

Ministro afirma: "é preciso que de uma vez por todas, os comunistas, os padres e bispos da esquerda festiva. Compreendam que as forças armadas jamais permitirão uma volta ao passado". "A Igreja, que é um forte elo moral, já dividida pelos comunistas" - e ainda, "até padres e freiras dos colégios do Rio incutem na

cabeça dos jovens de 13 anos determinados problemas para acabar com a família dizendo que a nossa geração não fez nada..."

Ministro comenta: "uma parte da Igreja colabora na disseminação de teses destinadas a despertar tendências sexuais anormais na juventude".

Deputado responsabiliza a Igreja por "deterioração do clima político do país".

Ministro denuncia "infiltração comunista na Igreja".

General acusa D. Waldir Calheiros como "uma ameaça à segurança nacional" quando o Bispo denunciou um caso de tortura em sua diocese.

General declara: "o que vemos é esta aberração: quando religiosos se declaram adeptos do comunismo que pretende destruir a religião".

General declara: "acho perigoso o posicionamento atual de certos membros da Igreja que servem ao objetivo do comunismo".

General declara: "alguns sacerdotes brasileiros e estrangeiros abandonaram sua sagrada missão evangélica, para se dedicarem à atividade político-ideológica, sob o pretexto de executarem diretrizes contidas nas encíclicas papais".

Ministro acusa a Igreja de "articular plano para anular as forças armadas".

Alguns órgãos de imprensa referem-se a padres estrangeiros presos, nos seguintes termos: "Sabe-se que os padres foram presos porque abandonaram a pregação do evangelho para dedicar-se à pregação política, à organização da subversão e dos movimentos de guerrilha armada, para a derrubada do regime".

Jornal difama padre expulso afirmando: "... está vivendo facilmente casado com uma loura da alta sociedade, em Paris..."

Órgãos da Imprensa e autoridades acusam D. Hélder Câmara de "tentar denegrir a imagem do Brasil no exterior".

General acusa D. Hélder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns de "agirem contra a segurança nacional".

Imprensa publica entrevista grosseiramente forjada do Pe. Maboni na qual este acusa seu próprio bispo.

A TFP (Tradição, Família e Propriedade) emite declaração intitulada "Não se iluda, Eminência", na qual julga os prelados de São Paulo e inclusive o Cardeal Arns, de responsáveis por "criar um fosso cada vez maior entre a Igreja e o povo".

O STM (Superior Tribunal Militar) considera o púlpito "Im instrumento de comunicação social passível de propiciar delitos de guerra psicológica ad-versa".

Deputado comenta o depoimento de D. Pedro Casadálga na CPI da Terra, nos seguintes termos: "o comportamento do Bispo assemelha-se ao de uma Brigitte Bardot de calças".

Deputados acusam D. Estevão Avelar de "comunista". O Bispo havia denunciado grilagem, na CPI da Terra.

Presidente de Companhia acusa D. José Brandão de "usar métodos marxistas para sublevar a população rural na Diocese contra o Governo".

Coronel comenta, durante a inauguração da capela de Ribeirão Bonito, onde foi assassinado o Pe. João Bosco Penido Bournier: "Em todo o Mato Grosso existe força preparada para acabar com Ribeirão Bonito... o governo está preparado para estourar com esse povo... é melhor esquecer de uma vez a morte do pe. João Bosco".

Prefeito, dono de 40.000 ha., de terra acusa publicamente a Igreja de responsável pela questão com lavradores: os padres são comunistas, vagabundos que incitam lavradores a tomar as terras como se tivessem direito a ela".

Comandante da Região Militar declara "a revolução de 64 e as forças armadas foram injuriadas e a Igreja profanada por aqueles que tinham obrigação de defendê-

la". Referia-se a D. Edmilson Cruz em sua homília no dia do ex-combatente, na qual o bispo questionava o problema de liberdade no Brasil.

General acusa a existência de padres Amazônia que "atuam de forma insidiosa conscientizando lentamente, através cursilhos, missas, cantos, boletins, palestras, reuniões das comunidades de base, numa verdadeira lavagem cerebral".

Vale destacar as inúmeras vezes em que os adjetivos "subversivo", "comunista", "agitador", "insuflador", "marxista", "clandestino", são aplicados a pessoas de Igreja ou à Igreja, indiscriminadamente no evidente propósito de denegrir a que é desenvolvida em favor dos oprimidos.

Os Bispos em foco são inúmeros e todos estão citados aqui. Na imprensa nota-se ao longo do tempo, ondas de ataques que são dirigidos a determinados bispos, onde o objetivo de prejudicar ação da Igreja é claramente perceptível.

#### **b) Invasões**

Embora se tenha ressaltado, na introdução deste trabalho, o fato de que os dados são incompletos, optamos por repetir a mesma nota quando se fizer necessário: os registros de que dispomos são apenas os publicados em documentos oficiais, não são os registros de todos os fatos ocorridos.

Vale observar que, nas situações de invasão, sempre há nítido objetivo de intimidar. Nunca se apresenta mandato, o que invalida a ação, mesmo do ponto de vista da Constituição vigente. Nos casos de apreensão de documentos, a opinião pública nunca pode ser esclarecida de que se tratava de material de trabalho pastoral, ao contrário, sempre se insinuou suspeitas sobre as publicações, livros, cartas, etc.

## **Os Fatos**

### **Invasões de Igrejas**

A catedral de Goiânia (onde houve tiroteio e foram feridos dois estudantes), as catedrais de Brasília, Porto Alegre, João Pessoa, Recife e Belo Horizonte; a Igreja de Santo Antônio (Brasília) durante as celebrações de 7º dia pela morte do estudante Edson Souto, assassinado no Rio de Janeiro em 1968.

### **Invasões de Sedes de Bispados, Cúrias, Dependências da CNBB**

O prédio dos serviços locais da CNBB, S.P., 1968.

A sede do Regional Sul 1 da CNBB, com apreensão de script de rádio e tape da Sonoviso, SP., 1969.

A sede do Regional Nordeste II da CNBB, em presença de D. Hélder Câmara, D. Lamartine Soares, D. Basílio Penido, Recife, 1971.

A sede da Cúria e serviços da Arquidiocese de Olinda/Recife, onde ficaram detidos todos os presentes no local, inclusive o Bispo Auxiliar, Recife, 1973.

A sede da CNBB nacional, sob alegação de que havia uma bomba escondida no prédio e onde nada foi encontrado, 1976.

A sede do Bispado de Bonfim, na qual dois estranhos tentaram ter acesso aos arquivos relativos a imóveis, Bahia, 1977.

### **Invasões de residências**

A residência de D. Agnelo Rossi da qual foi retirado o Pe. Wauthier ali recolhido, S.P., 1968.

A casa dos Maristas em Mendes, Volta Redonda, por duas vezes, 1969, 1970; a casa dos Maristas em Recife; dos Dominicanos, em São Paulo e Belo Horizonte; dos Beneditinos, em Curitiba; das irmãs de Jesus, no morro de São Carlos, Rio de Janeiro; o convento das Oblatas de Belo Horizonte.

A casa de D. Alano Pena, onde houve saque, Marabá, 1977.

### **Invasões de casas paroquiais; sedes pastorais; centros de trabalho; áreas de prelazia e missões; áreas paroquiais.**

As casas paroquiais de: São Benedito, MA, onde foram apreendidas publicações e correspondências; de Santo André, SP, onde a sacristia foi violada; de Tauá, CE, por três vezes (duas vezes em 1971 e uma em 1978) com apreensão de documentos, cartas confidenciais, revistas de bagagem de visitantes suecos, roubo de dinheiro; do El Dourado, Belo Horizonte, 1969; do Horto, Belo Horizonte, 1969; de São Miguel, SE, 1973; da Macaxeira, PE, onde foi preso o pároco, 1973; de N. Sra. das Graças, Goiânia, GO, onde procuravam D. Pedro Casaldáliga, 1973.

A sede da pastoral em Contagem, com apreensão de material religioso, 1978. O centro de treinamento da diocese de Goiânia, 1972; o centro social de Santa Cruz, diocese de Propriá, 1973.

A sede da prelazia de São Félix, 1971, com saques, prisões e ameaças; em 1973, com apreensão de livros, documentos, cartas pessoais e ridicularização dos membros da prelazia.

A área de posse da prelazia de São Félix, onde foi destruído o ambulatório, o poço d'água, árvores frutíferas, depredado o material de construção, destruída a máquina fotográfica com a qual se tentava documentar o fato, 1972.

A área de missão de Meruri, onde ocorreu desacato a um padre e agressão física, tiroteios que feriram um chefe bororo, uma índia, Tereza, e as mortes de Pe. Rodolfo Lukenbein e do índio Simão, 1976.

A área da paróquia de Tauá, onde há conflitos de terra, com prisão de paroquianos que foram torturados, 1977. A área de missão dos Waimiri e Atroari, onde houve massacre por terem os índios tentado defender seu território, 1978.

A região de Igarapu, PE, com destruição de plantações e acusações à arquidiocese de insuflamento aos posseiros, 1978.

### **Invasões de sedes de movimentos cristãos**

A sede da JOC, São Paulo, que foi interditada, 1968; a sede da ACO em Recife, 1969; a sede da JOC Nacional em 1970; a sede da ACO em Recife, em

1973 e 1977, quando apreenderam livros, documentos, revistas, correspondências do movimento e, em particular, interditaram o telefone e detiveram o assistente eclesiástico, em seu escritório.

### **Invasão de Universidades**

A PUC do Rio em 1969; a PUC de São Paulo em 1977, sendo presos aproximadamente 2.000 estudantes e sendo depredadas as instalações.

### **Invasões de serviços diversos**

O Instituto Teológico de Belo Horizonte, 1969.

A Sede do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), instituição jesuíta, onde foi detido D. Aloisio Lorscheider, por algumas horas, entre outras pessoas, 1970.

A Cooperativa de Camurupim, serviço da Diocese de Propriá, SE, 1973.

A Rádio Assunção, da diocese de Jales, São Paulo, 1977.

### **Invasões de Reuniões**

A Assembléia de Pastoral Indigenista, sobre a qual D. Moacir Grechi fez denúncia de existência de gravadores instalados no local, 1976.

A reunião de 140 caciques índios de várias nações, em Roraima, onde estavam presentes missionários e D. Aldo Mongiano, 1977

A Missa Campal pelo Dia do Trabalho, sobre a qual os padres da Pastoral de Belo Horizonte denunciaram a "presença incômoda de agentes de segurança" que fotografavam e intimidavam os fiéis, 1978.

**e) Prisões**

**QUADRO I**

Prisões de padres, religiosos, seminaristas, detenções de Bispos, brasileiros e estrangeiros que trabalharam no Brasil, no período de 1968/ 1978 (dados incompletos).

<b>DATAS</b>	<b>TOTAL DE PRISÕES NO ANO</b>
1968	18
1969	29
1970	17
1971	9
1972	11
1973	12
1974	-
1975	7
1976	6
1977	6
1978	7
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>

**Observações:** dos 122 presos, 36 são estrangeiros: 9 bispos, 84 sacerdotes, 13 seminaristas e irmãos, 6 irmãs. Atente-se para o fato de que o total do clero brasileiro é de aproximadamente 12.500 sacerdotes e que a proporção clero/população é de 1/8.500 pessoas.

Os motivos destas prisões alegados pela autoridades coatoras são:

- proferir homilia que desagrada às autoridades;
- participar de manifestações operário no 1º de maio;
- participar de manifestações estudantis
- celebrar de luto na data da promulgação do AI-5;
- por serem considerados "subversivos" e/ou acusados de pertencer a organizações políticas consideradas clandestinas;
- esconder e/ou ajudar pessoas consideradas suspeitas ou fugitivos;
- desenvolver trabalho junto a jovens, estudantes, lavradores e operários;
- desenvolver trabalho junto aos movimentos de JOC, ACO e JAC;
- denunciar arbitrariedades cometidas contra índios, lavradores, posseiros, operários e outras pessoas;
- estar presentes em locais invadidos;
- ser considerados "suspeitos".

Obs.: Há casos de estrangeiros detidos no aeroporto para expulsão sumária.

## QUADRO 2

Prisões de cristãos engajados no trabalho pastoral (dados incompletos)

<b>DATAS</b>	<b>TOTAL NO ANO</b>
19685	7
1969	25
1970	49
1971	11
1972	6
1973	11
1974	16
1975	3
1976	85
1977	6
1978	4
<b>TOTAL</b>	<b>273</b>

O número total de cristãos presos foi de 273 (dados incompletos). Trata-se de pessoas engajadas nos trabalhos pastorais, citados nos documentos oficiais por sua conhecida militância e compromisso. Os registros que temos apontam uma maioria de lavradores, seguida por um número significativo de operários, agentes de pastoral e outros (membros da JOC, ACO, Justiça e Paz,

Frente Nacional do Trabalho, Movimento Familiar Cristão, advogados engajados em questões trabalhistas).

O único critério possível de ser usado neste item foi o de citação em documentos oficiais. Não quer dizer que estes são os mais presentes, os únicos. Há casos de registros que foram abandonados por sua imprecisão. Ex.: Padre X foi preso com alguns lavradores; ou ainda, no pátio da Igreja foram presos mais de 50 operários, etc.

Convém notar, portanto, que aqui deixam de constar inúmeros cristãos que, por sua fé dedicaram-se à luta pelos direitos de seus semelhantes. O quadro passa a ter valor como amostragem das épocas de maior incidência de prisões, para chamar atenção para a precariedade da pesquisa apenas documental, sem que se tenha acesso a depoimentos pessoais.

Para ilustração: ainda estão presos no Brasil, cumprindo pena por já terem sido julgados em processos políticos, segundo informações incompletas do Comitê da Anistia, 96 cidadãos brasileiros. O total das penas soma 1.438 anos e 3 meses, sendo que variam de 2 a 84 anos. Há casos de prisão perpétua nos quais os indivíduos deverão permanecer encarcerados após sua morte, pois têm decretada prisão perpétua e mais 105 anos, por exemplo (*Isto É*, 25/10/1978, pp. 12/13).

#### **d) Tortura**

Dispomos de 34 casos registrados de tortura entre padres, religiosos e seminaristas.

As práticas de tortura são bastante conhecidas e não seria o caso de relatá-las aqui. Observamos apenas que, nos registros que temos, o conceito de torturas abrange desde pressões psicológicas leves e intimidações, até agressões físicas, sevícias e pressões psicológicas violentas, passando por assinatura de documentos falsos, ameaças de morte ou de tortura física, interrogatórios sob pressão de qualquer espécie, incomunicabilidade e uso de instrumentos como choques elétricos, "paus de arara", "quarto da onça" e outros. Há registros de pessoas que ficam inutilizadas física e/ou psicologicamente, por motivo de tortura.

Diante do quadro geral de violência, sobretudo nas épocas de maior repressão, muitas pessoas acabam não considerando tortura, procedimentos que assim seriam categorizados, por comparar sua situação com outras mais graves, o que facilita o trabalho da repressão.

Quanto a denúncias, há casos em que as pessoas não as fazem por serem intimadas a não falar dos fatos ocorridos durante o período de prisão. No entanto, aqueles que conseguiram relatar detalhadamente os processos usados, contribuíram para ajudar ou quem sabe para salvar algumas vidas. Há depoimentos minuciosos em *SEDOC* e nos arquivos da CNBB.

Para ilustração vale citar o Pe. Lourenço Rosenbairigh e o Pastor menonita Tomás Capuano, detidos em Recife em 1977: "Eu não queria que o fato de nossa prisão e as privações e sevícias sofridas por nós fossem objeto de atenção neste caso, ante a crueldade e degradação humana as quais estão sofrendo os presos ainda mantidos ali... realmente as condições precárias, ausência dos direitos humanos mais básicos e a brutalidade policial na

delegacia de roubos e furtos pareciam-me iguais às da época colonial" (foram detidos em prisão comum onde cotidianamente os pobres experimentam a violência e a humilhação). (*SEDOC*, dezembro de 1977).

Sobre torturados no Brasil, no período, não se dispõe de dados. Em publicação de ASAL (Associação para os Estudos e a Documentação de Problemas Sócio-Religiosos da América Latina, Itália, ano II, n. 6, 1973) encontramos uma lista de presos torturados no Brasil, no período de 1964/1973, de 1081 casos.

#### e) Mortes

Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, que trabalhava com jovens, foi ameaçado anteriormente, até que se cumpriram as intenções daqueles que o assassinaram barbaramente e ainda o difamaram. Recife, 1969. (Esta foi uma das formas de pressão contra D. Hélder Câmara).

Seminarista Waltair Bolzan, vítima de assassinato durante tiroteio no qual a polícia atirava contra presidiários fugitivos Porto Alegre, 1972.

Pe. Francisco Soares, ex-assistente da JOC em São Paulo, participante do grupo de sacerdotes para o Terceiro Mundo, assassinado em San Fernando, Argentina, onde se encontrava há dez anos, vítima da violência repressiva em escala continental Buenos Aires, 1976.

Pe. Alberto Pierobon, desaparecido inexplicavelmente, encontrado morto em Tamandaré, Paraná. A causa mortis desconhecida faz suspeitar de represália. Exclui-se a hipótese de suicídio. Compareceram ao enterro 15.000 pessoas Paraná, 1976.

Pe. Rudolf Lukembein, assassinado juntamente com o índio Simão durante a invasão da Missão de Meruri, onde desenvolvia seu ministério entre a população indígena. A invasão foi realizada por fazendeiros da região no intuito de impedir a demarcação de terras da reserva indígena. Mato Grosso, 1976.

Pe. João Bosco Penido Bournier, assassinado com duas balas no crânio, à queima roupa, quando acompanhava D. Pedro Casaldáliga à prisão de Ribeirão Bonito, para protestar contra a tortura de mulheres presas. Provavelmente foi morto "em vez de " D. Pedro. Mato Grosso, 1976.

Frei Tito de Alencar, dominicano, preso juntamente com outros irmãos de Ordem em 1969, tão duramente torturado que não sobreviveu à deterioração psicológica em que se encontrava. "Suicidou-se" em Paris, onde se encontrava banido no ano de 1974.

Para ilustração, segundo levantamento feito por exilados, entre os anos de 1966 1973, 81 presos políticos foram levado à morte em consequência de tortura "Dossiê da Repressão", *Isto é*, Ano 2º nº 92; 27/09/78).

O registro destas mortes é simbólico. Não se dispõe de dados a respeito de lavradores, operários, estudantes, mortos em defesa de seus direitos. Os cristãos, como é natural que seja, estão misturados nas listas sempre incompletas que vêm sendo publicadas ultimamente. A última lista de mortos e desaparecidos nos fornece o número de 253 pessoas no período de 1964 a 1976

(*Em Tempo*, 13/19 de novembro de 1978; dados do Congresso Nacional pela Anistia - incompletos).

Em 1974, D. Paulo Evaristo Arns, o Reverendo James Wright, e o presidente da Comissão Justiça e Paz, Cândido Mendes de Almeida, apresentaram às autoridades um dossiê sobre 22 casos de desaparecidos. As explicações dadas pelo Governo frente a tal denúncia, não foram absolutamente satisfatórias e não houve mais nenhuma referência aos casos. No momento, diversas famílias estão tentando reabrir os processos na Justiça, esperando apurar responsabilidades.

### **Ameaças de morte**

Há registros de 18 casos de ameaça de morte entre bispos, sacerdotes, religiosos e agentes de pastoral:

- fazendeiro põe a prêmio a cabeça de um membro da FNT (2.000,00), 1968.
- monge é ameaçado de morte por seu trabalho junto a presídio e por denunciar o "esquadrão da morte", 1970.
- bispo e agente de pastoral são postos a prêmio por Companhia Agropecuária (1.000,00), 1971.
- padre é ameaçado de morte por ajudar posseiros (500,00), 1971.
- padre que documentava atividades do "esquadrão da morte" sofre acidente", 1971.
- bispo e sacerdote são ameaçados de morte durante os interrogatórios na prisão, 1972.

- bispo é ameaçado de perder "mais um" de seus padres, 1975.
- vereador ameaça de morte bispo e padre, por unirem o povo em comunidades, 1976.
- padre é posto a preço por defender posseiros, 1976.
- padre sofre ameaça de morte por esclarecer eleitores sobre liberdade de voto, 1976.
- padre cai em emboscada de grileiros e consegue sair com vida, 1976.
- bispo e freira são ameaçados de morte por grileiro, pela assistência que vêm oferecendo aos posseiros da diocese, 1977.
- ameaçado de seqüestro e morte o coordenador de Centro de Defesa de Direitos Humanos e um padre, 1978.
- bispo sofre ameaça de agressão física "por não haver aprendido a lição", 1978.

#### **f) Sequestros**

Entre bispos, sacerdotes, religiosos e agentes de pastoral:

- membro da ACO é seqüestrado em Osasco, São Paulo, 1969.
- casal que trabalhava na pastoral é seqüestrado em Curitiba, 1974.
- três leigos são seqüestrados em Recife, pertenciam ao Movimento de Evangelização, Pernambuco, 1975.
- D. Adriano Hipólito é seqüestrado junto com seu sobrinho e sofre vexames, Rio, 1976.
- testemunha de irregularidades feitas contra índios é seqüestrada; D. Teodardo Leitz, denuncia o fato, Mato Grosso, 1976.

- um leigo é seqüestrado nas celebrações do 1º aniversário da morte de Pe. João Bosco, Mato Grosso, 1977
- uma irmã é seqüestrada e sofre sevícias e vexames para intimidação de outra irmã, Rio, 1977.
- um padre desaparece de sua paróquia e reaparece denotando profundo trauma psicológico, sem saber explicar o que lhe ocorreu; o crime foi atribuído ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas), 1977.

#### **g) Processos**

Observa-se que há uma incidência de absolvições por falta de provas, expressiva. Isto nos leva a constatar que os processos constituíram-se muito mais em prejuízo para o exercício do ministério pastoral e para a imobilização dos trabalhos da Igreja do que em peças de justiça com vistas a esclarecer os fatos.

Processos registrados (envolvem padres, religiosos, bispos, agentes de pastoral).

1968: IPM (Inquérito Policial Militar) envolvendo membros da ACO e 50 operários participantes de greve em Osasco. Foram absolvidos por unanimidade e por falta de provas.

1969: Processo contra padre que proferiu sermão considerado atentório à Segurança Nacional. Condenado a 1 ano. Em 1970 o STM anula o julgamento.

- Processo contra 34 padres em Belo Horizonte. Absolvidos em 1975.

- Processo contra padre que proferiu sermão considerado atentatório à Segurança Nacional. Condenado a 14 meses de prisão. Cumpriu a pena.
- Processo contra dois padres acusados de manifestações estudantis em 1968. Condenados a um ano, absolvidos em segunda instância e liberados ainda em 1969.
- 1970: Processo em auditoria da Aeronáutica envolvendo padre e 25 jovens.
- Processo contra D. Waldir Calheiros.
- IPM contra o IBRADES arquivado em 1972.
- IPM contra dois padres estrangeiros.
- 1971: IPM contra sete dominicanos presos em 1969. Três deles foram condenados a 4 anos. Um, condenado a 10 meses. Outras pessoas foram absolvidas por insuficiência de provas. As penas comutadas em 1973 para dois anos quando já haviam cumprido os 4 anos.
- Processo contra padre do Ceará. Condenado a um ano. Absolvido pelo STM, quando já havia cumprido quase toda a pena.
- Processo contra padre que defendia direitos de favelados. Condenado a 6 meses e liberado antes de terminar a pena.
- Processo contra padre e assistente social. O padre condenado a 4 meses, a assistente social absolvida.
- 1972: Processo contra padre acusado de redigir panfletos, no Rio Grande do Sul. Foi absolvido por falta de provas.
- IPM contra um padre e um leigo da FASE. O padre foi condenado a um ano, absolvido pelo STM e mantido preso por responder a outro processo. O leigo respondeu em liberdade por estar gravemente enfermo em consequência de torturas. Foi absolvido.
- 1973: Processo contra padre de Bagé, Rio Grande do Sul, condenado a 1 ano
- 1974: IPM envolvendo agentes de pastoral de São Paulo; indiciados vários padres e alguns leigos que não chegaram a ser denunciados. Absolvidos por falta de provas e por unanimidade em 1978.
- 1975: Processo contra padre estrangeiro condenado a 10 anos, absolvido pelo STM e solto para ser expulso.

1976: Processo contra padre, condenado a 6 meses por proferir sermão considerado subversivo em 1969.

1977: IPM contra D. Estevão Avelar bispo de Conceição do Araguaia.

1978: IPM contra agente de pastoral em Recife acusado de pertencer a organização política considerada clandestina.

Para ilustração: entre 1975 e 1977 foram condenados nos tribunais, em processos políticos, 500 pessoas segundo estatística do STM (*Isto É*, 25/10/78, p. 12).

#### **h) Intimidados a depor**

Dispõe-se de registros incompletos que alcançam 75 casos. As intimações a depoimento, deram-se nas mais diversas circunstâncias, muitas vezes sob pressão e intimidação; às vezes, envolvendo pessoas isoladamente ou grupos de padres e agentes de pastoral de uma diocese quase nunca sabendo-se o motivo.

Há casos em que tentou-se buscar, nos depoimentos, acusações contra bispe sacerdotes e companheiros de trabalhos.

#### **i) Expulsões (dados incompletos)**

Pe. James Murray, que celebrou de preto em sinal de luto pela promulgação do AI-5, lendo, na homilia a Declaração Universal dos Direitos do Homem; foi pressionado a sair do país, 1968.

Pe. Pierre Wauthier, que trabalhava com operários em Osasco, foi expulso por decreto do presidente Costa e Silva, depois de ter sido preso durante uma greve, 1968.

Pe, Jean Honoré Talpe, que trabalhava com operários em Osasco, foi expulso juntamente com o agente de pastoral Friedrich Schrage, 1969.

Pe. Jules Vitae, da prelazia Acre/Purus, foi expulso do Estado pelo Secretário de Segurança por motivo do conteúdo de seus programas na hora da "Ave Maria. Posteriormente pressionado a sair do país, 1969.

Pe. Giuseppe Paedandola, da pastoral de Crateús, CE, foi escoltado por um agente policial até Lisboa, a bordo de um navio, 1971.

Pe. Joseph Comblin, conhecido por seu trabalho intelectual e teológico, obrigado a sair do país em 1972.

Pe. François Jacques Jentel, da pastoral da Prelazia de São Félix, trabalhando junto a lavradores, foi preso e condenado a 10 anos de prisão e posteriormente absolvido para sair do país, 1975.

Pe. Giuseppe Fontanella, do Pará, expulso do país sob alegação de falta de documentos, 1976.

Tomás Capuano, religioso menonita, que trabalhava com os padres da periferia de Recife, preso junto com Pe. Lourenço Rosenbaugh, que já possui visto permanente. A Tomás Capuano foi negada a prorrogação de visto por ter denunciado tortura nas prisões comuns, 1977.

Pe. Gaetano Maielo, de Macapá, expulso da Prelazia pelo Secretário de Segurança, 1973.

Há registros de casos de agentes de pastoral expulsos de seus locais de trabalho (imprecisos). Há registros de 3 casos em que os próprios superiores consideraram que os padres envolvidos deveriam deixar o país.

### **Ameaças de expulsão**

Em 1968, correu um boato de preparação de expulsão em massa de sacerdotes estrangeiros que trabalhavam no Brasil. Há registros de 12 casos de ameaças de expulsão entre os quais dois bispos, D. Hélder Câmara e D. Pedro Casaldáliga.

Para ilustração: O Diretor do SCM (Serviço de Cooperação Apostólica Internacional) afirmou que é "um estranho mistério" a demora do Governo para autorizar a vinda de missionários do exterior. No ano passado (1977) o governo concedeu apenas 80 vistos sobre 250 solicitados. A CNBB está disposta a pedir esclarecimento às autoridades (Boletim Diocesano de Barra do Pirai/Volta Redonda, n. 133, jun. 1978).

Ainda para ilustração: a Comissão Justiça e Paz denunciou a situação irregular dos passaportes de brasileiros exilados, o que é anticonstitucional. Citou o pronunciamento do Prof. Dalmo de Abreu Dallari, de fevereiro de 1978, que indicava 10.000 casos de brasileiros na condição de apátridas, porque o governo lhes nega passaportes. O Governo, em nota de 17/2/78, dá o número de 128 exilados políticos (REB, março de 1978; p. 14).

## **Banidos**

Frei Tito de Alencar, dominicano, preso em 1969 e banido em 1971.

Madre Maurina Borges, de Ribeirão Preto, S.P., banida em 1973.

## **j) Censura (dados incompletos)**

A censura à Igreja é apenas parte de uma censura vasta que, nos meios de comunicação, minorou apenas recentemente. A auto-censura que deriva do estado geral é imponderável.

### **Registros de Censura:**

- Censura, em caráter praticamente permanente ao "*O São Paulo*", órgão de imprensa da Arquidiocese de São Paulo, que se perpetuou inclusive após o levantamento relativo da censura à imprensa em geral, no país. Durante certo tempo, a censura ao "*O São Paulo*" foi feita nas dependências da polícia, o que dificultava ainda mais a circulação de notícias em tempo ótimo, do que a presença de censores nas dependências do jornal. Iniciou-se em 1972 e foi suspensa em 1978.

- Censura e apreensão do nº 27 da Revista *Cadernos do CEAS*, de outubro de 1973, que publicava os documentos: "Marginalização de um povo" (Diocese de Goiás) e "Eu Ouvi os Clamores de meu Povo" (Episcopado do Nordeste).

**- Censura a várias emissoras:**

Rádio Educadora do Maranhão, suspensa por 8 dias em 1968.

Rádio 13 de Maio de Mato Grosso, declarada perempta em 1974

Rádio "9 de Julho" de São Paulo, declarada perempta em 1974.

Rádio Assunção, de Jales, São Paulo, controlada pela polícia, havendo proibições a vários programas, 1977.

- Órgãos da imprensa recebem ordem de não publicar nenhuma declaração ou notícia a respeito de D. Hélder Câmara.

- Órgãos de imprensa recebem ordem de não transmitir palavras de bispos sobre a posse de D. Aloisio Lorscheider em Fortaleza.

- Censura à correspondência, segundo denúncia de D. David Picão, na qual aponta violação de cartas; troca de correspondência do Vaticano por jornal "A Voz Operária"; provável extravio de documentos, 1977.

- Censura à correspondência em geral, documentos, exame de bagagem e vistorias, estão presentes em diversos relatos de fatos maiores. Não se dispõe de dados precisos. Como ilustração: "dois delegados da Misereor (a agência de cooperação, com sede na Alemanha Ocidental) foram interrogados e vistoriados ao desembarcar no aeroporto de Goiânia", 1977 (SEDOC, março de 1977).

**1) Proibições (dados incompletos)**

- O MEC (Ministério de Educação) proíbe o uso dos catecismos *Crescei e*

*Viver*, considerados perigosos à Segurança Nacional.

- Governador de Pernambuco cancela medalha de "Mérito Pernambucano" a D. Avelar Brandão, Arcebispo de Salvador e primaz do Brasil -
- Polícia Federal cancela Conferência sobre Direitos Humanos que se realizaria no Centro de Formação de Nova Iguaçu.
- Polícia proíbe grupo de senhoras cristãs de desenvolver trabalho pastoral junto a domésticas.
- Câmara cancela convite feito a d. Hélder Câmara, pela Arquidiocese de São Luiz, MA. para presidir as celebrações do Tricentenário da criação da própria Arquidiocese.
- Polícia proíbe D. Hélder Câmara de celebrar missa pelo "Cadáver Desconhecido".
- Polícia Federal proíbe padre de retirar do correio exemplar de seu livro traduzido para o inglês e editado nos EEUU sob os auspícios da USAID.
- Polícia impede agente de pastoral de entrar em sua área de trabalho.
- A FUNAI (Fundação Nacional do Índio ameaça de prisão a padre que desobedece a proibição de visitar as aldeias indígenas de responsabilidade da Fundação. Posteriormente a FUNAI estende a proibição a todos os padres que pertencem CIMI (Conselho Indigenista Missionário).
- Destacamento Militar Regional proíbe reunião de debate entre quatro bispos e a população da área.

**m) Falsificações (dados incompletos)**

- Posseiro é pressionado a assinar documento falso acusando bispo.
- Circulam em São Paulo cartas atribuídas a D. Paulo Evaristo Arns, com anexos fotográficos grosseiros. Posteriormente outras personalidades da Igreja são atingidas pelo mesmo tipo de falsificações, inclusive D. Ivo Lorscheiter.
- Elemento da polícia, apresentando identidade falsa, obtém asilo em casa paroquial e aí permanece durante quatro meses, infiltrando-se nas atividades da paróquia.
- A ABI (Associação Brasileira de Imprensa) nega autoria de carta contra CNBB e acusa a falsidade das assinaturas.
- Jornalistas denunciam a presença de um agente da polícia federal, disfarçado (sósia de D. Adriano Hipólito) usando batina, em passeata de estudantes com atitudes de ostensiva provocação.
- Circula, em Goiás, folheto sem identificação de fonte contendo críticas a D. Tomás Balduino (*O despertador*).
- A *Folha de Nova Iguaçu*, publicação da diocese, tem um número falsificado exatamente igual aos que circulam normalmente, fazendo afirmações contrárias às posições da Diocese.
- Em Recife, é distribuído entre os padres, pelo correio, material falso atribuído a um agente de pastoral preso.
- Policial apresenta-se com uma carta falsa, dos claretinos de Curitiba, a D. Pedro Casaldáliga e permanece morando na Diocese durante 3 meses. Foi identificado posteriormente como capitão da aeronáutica.

**- Foram falsificadas as credenciais para participação na 2ª Assembléia Indigenista Regional da Amazônia**

## **Bibliografia**

## **Bibliografia**

- ABREU, Hugo. *O Outro Lado do Poder*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1979
- ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios do Brasil*. São Paulo. Instituto Progresso Cultural. 1949
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1986
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e a Oposição no Brasil.(1964-1984)*. Petrópolis. Editora Vozes. 1984
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro Edição particular. 1979
- *A Igreja e Política no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1979
- ALVES, Rubem A. . *Protestantismo e Repressão*. São Paulo. Editora Ática. 1979
- *O Enigma da Religião*. Petrópolis. Editora Vozes, 1975
- ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et Appareils Idéologiques de l'État*. Paris. La Pensée. Nº 151. 1970
- ANTOINE, Charles. *Church and Power in Brazil*. New York. Mary Knoll. 1970
- ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição Sem Fogueiras*. Rio de Janeiro. ISER. 1982
- ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. D. Aloisio Lorscheider: 25 anos. *Pastor Profeta*. Petrópolis. Vozes. 1987
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil Nunca Mais*. Petrópolis. Editora Vozes. 1988

- AS RELAÇÕES IGREJA-ESTADO NO BRASIL. Vol.1, 2. São Paulo. Edições Loyola. 1986
- ARNS, d. Paulo Evaristo. Em Defesa dos Direitos Humanos. Petrópolis. Editora Vozes. 1978
- AZEVEDO, Israel Belo de. As Cruzadas Inacabadas. Rio de Janeiro. Editora Gêmeos Ltda. 1980
- AZEVEDO, Thales de, Igreja e Estado em tendão e Crise. São Paulo. Editora Ática. 1978
- **Catolicismo no Brasil.** Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1955
- AZZI, Riolando. História do Pensamento Católico no Brasil I, II, III, IV e V. São Paulo. Editora Paulus. 1994
- **A Concepção da Ordem Social segundo o Positivismo Ortodoxo brasileiro.** São Paulo. Edições Loyola. 1980
- **Catolicismo Popular no Brasil.** Petrópolis. Editora Vozes. 1978
- **A Cristandade Colonial, um Projeto Autoritário.** São Paulo. Edições Paulinas. 1987
- BAFFA, Ayrton. Nos Porões do SNI. Rio de Janeiro. Editora Criativa. 1989
- BAUDOUIN, Jean. Introduction à la sociologie politique. Paris. Éditions du Seuil. 1998
- BASBAUM, Leoncio. História Sincera da República. São Paulo. Alfa Ômega. 1976
- BETTO, Frei. Frei Tito. Resistência e Utopia. São Paulo. CEPIS. 1994
- **Tito de Alencar Lima.** São Paulo. CPDDH. 1991
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis. Editora Vozes. 1994
- **O Vaticano II e a Igreja Latino-Americana.** São Paulo. Edições Paulinas. 1985
- **Evangelização e V Centenário.** Petrópolis. Editora Vozes. 1991
- BERRYMAN, Phillip. Liberatoron Theology. Philadelphia. Temple University Plass. 1987

- BIDEGAIN DE URÁN, Ana Maria. Así actuaron los cristianos em la história de América Latina. CIEC. Bogotá.. 1985
- BISPOS DO CENTRO-OESTE. Marginalização de um Povo: Grito das Igrejas. Goiânia. Maio de 1973
- BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. Eu Ouvi os Clamores de meu Povo. Salvador. Maio de 1973
- BONHPEFFER, Dietrich. Resistência e Submissão. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1968
- BORDIEU, Pierre. Génèse et Structure du Champ Religieux. Paris. Revue Française de Sociologie.. 12(3). Julho/setembro 1971
- BRASIL: NUNCA MAIS. Um relato para a História. Petrópolis. Editora Vozes. 2000
- BRUNEAU, Thomas. Religião e Politização no Brasil A Igreja e o Regime Autoritário. São Paulo. Edições Loyola. 1979
- Catolicismo Brasileiro na época da Transição. São Paulo. Edições Loyola. 1974
- CADERNOS DO CEAS nº 42, 46, 47, 60. A vida é uma luta. Salvador. 1976, 1977, 1979
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Essai de Typologie du Catholicisme brésilien. Paris. Social Compass. Vol. 14. 1967
- CASTRO, Marcos de. A Igreja e o Autoritarismo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1983
- CAVA, Ralph Della e Montero, Paula..... E o Verbo se Faz Imagem.. Igreja Católica e os Meios de Comunicação no Brasil: 1962-1989. Petrópolis. Editora Vozes. 1991
- Catolicismo e Sociedade na Imprensa Brasileira. 1964-1980. Rio de Janeiro. ISER/Editora Marco Zero. 1985

- CASTRO, Marcos de. *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1985
- CEP. *Signos de Liberación*. Centro de Estudios y Publicaciones. Lima. 1973
- *Signos de Lucha y Esperanza*. Centro de Estudios y Publicaciones. Lima. 1978
  - *Signos de Vida y Fidelidad*. Centro de Estudios y Publicaciones. Lima. 1983
  - *Signos de Nueva Evangelización*. Centro de Estudios y Publicaciones. Lima. 1988
- CÉSAR, Waldo. *Para uma Sociologia do Protestantismo Brasileiro*. Petrópolis. Editora Vozes. 1973
- COLETIVO DA LIBERTAÇÃO. *O Reino de Deus Sofre Violência*. São Paulo. Ícone Editora, 1985
- COMBESSIE, Jean-Claude. *La méthode em sociologie*. Paris. Éditions La Découverte. 1996
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1978
- COMISSÃO DOS FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. São Paulo. IMESP. 1996
- COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Repressão na Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro. CEDI. 1978
- CNBB. *Participação Popular e Cidadania. A Igreja no Processo Constituinte*. Estudos da CNBB. São Paulo. Edições Paulinas. (60)1990
- COUTO E SILVA, Golbery. *O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1981
- CONGAR, Yves. *Le Concile au jour le jour. 1e. et 2e. sessions*. Paris. Éditions du Cerf. 1965

- CRUZ COSTA, João. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro. Editora José Olympio. 1956**
- Panorama da História da Filosofia no Brasil. São Paulo. Editora Cultrix. 1960
- DOCUMENTS CONCILIAIRES 1,3. Concile Ecuménique Vatican II. Paris. Éditions du Centurion. 1966**
- DÓRIA, Carlos Alberto. Religião e Política em Gramsci. Em Religião e Sociedade nº 3. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. Outubro de 1968**
- DREIFUSS, René. A Conquista do Estado. Petrópolis. Editora Vozes. 1987**
- DREWERMEN Eugén. Fonctionnaires de Dieu. Paris. Albin Michel. 1993**
- EZCURRA, Ana Maria. La Ofensiva Neoconservadora.. Madrid. IEPALA. 1982**
- La Iglesia y Transición Democrática. Buenos Aires. Puntosur. 1988
- FERNANDES, Gervásio Fernandes de. CNBB Comunhão e Responsabilidade. São Paulo. Edições Paulinas. 1977**
- FERREIRA, Wolgran Junqueira. A Tortura. Sua História e Seus Aspectos Jurídicos na Constituição. Campinas. Julex Livros Ltda. 1992**
- FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo. EDUSP. 1996**
- FREI TITO. MEMÓRIA - ESPERANÇA. Convento Sagrada Família. São Paulo. 1999**
- FREI TITO. RESISTÊNCIA & UTOPIA. Vicariato São Martinho de Lima. São Paulo. 1994**
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo. São Paulo. 1950**
- Sobrados e Mocambos. São Paulo. Editora Nacional. 1936
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os Militares e a Democracia: Análise Estrutural da Ideologia do Presidente Castelo Branco. Rio de Janeiro. Graal. 1980**
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo. Editora Ática. 1987**

- GROOTAERS, Jan. De Vatican II à Jean-Paul de l'Église Catholique. Paris. Le Centurion. 1981
- HASTINGS, Michel. Aborder la science politique. Paris. Seuil. 1996
- HERRERA, Matilde e TENEMBAUM, Ernesto. Identidad despojo y restitución. Buenos Aires. Editorial Contrapunto. Sem data
- HARPER, Charles. Impunity. An Ethical Perspective. Geneva. WCC Publications. 1996
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. São Paulo. Editora Nacional. 1977
- Raízes do Brasil. Rio de Janeiro. Editora José Olympio. 1978
- HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil. Tomos I e II. Petrópolis. Editora Vozes. 1979
- HOURDIN Georges. Au pape Jean-Paul II et aux évêques du Synode. Paris. Desclée de Brouwer. 1985
- HUNTINGTON, Samuel P. A Terceira Onda. São Paulo. Editora Ática. 1994
- HURBON, Laënnec. Les transitions démocratiques. Paris. Syros. 1996
- IDEAS. 500 años de Evangelización en America Latina. Buenos Aires. Ediciones Letra Buena. 1992
- KAESLER, Dirk. Max Weber. Paris. Fayard. 1995
- KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (Org.) A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985). Porto Alegre. LMP/CEDEC. 1986
- LA FOI ET LE TEMPS. Évangélisation de l'Amérique latine: histoire et projet. Bruxelas. 1992
- LAURENTIN, René. L'Enjeu du Concile.. Paris. Éditions du Seuil. 1962
- Bilan de la Deuxième Session. Paris. Éditions du Seuil. Paris. 1964
- Bilan de la 3e Session. Paris. Éditions du Seuil. Paris. 1965

- Enjeu du IIe Synode et Contestation dans l'Église. Paris. Éditions du Seuil. Paris. 1969
- LAURENTIN, R. ROSSEAU, A e SÖLLE, D. O neoconservadorismo. Um fenômeno social e religioso. Petrópolis. Vozes. 1981
- LEITE COSTA, Célia Maria, Chaves Pandolfi, Dulce e Serbin Kenneth (org.). O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros. Rio de Janeiro. FGV. 2001
- LEOPOLDO E SILVA, Duarte. O Clero e a Independência. São Paulo. Edições Paulinas. 1972
- LERNOUX, Penny. Cry of the People. New York. Doubleday & Company, Inc. 1980
- LIBÂNIO, J.B. A Volta da Grande Disciplina. São Paulo. Edições Loyola. 1984
- LIMA, Luís Gonzaga de Souza. Evolução do Catolicismo e da Igreja do Brasil. Petrópolis. Editora Vozes. 1966
- LIMA, ROBERTO Kant de. Tradição inquisitorial no Brasil, da Colônia à República: da Devassa ao Inquérito Policial. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro. ISER. Novembro de 1992
- LOZADA, Salvador Maria (Org.). Inseguridad y Desnacionalización. Buenos Aires. Ediciones Derechos Humanos. 1985
- LUSTOSA, Oscar F. A Igreja Católica no Brasil República. São Paulo. Edições Paulinas. 1991
- MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e Política no Brasil. 1916/1985. São Paulo. Editora Brasiliense. 1989
- MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1941. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1978

MERCADANTE, Paulo. A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1980

- Militares e Civis. A Ética e o Compromisso. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1978

METZ, René. Histoire des Conciles. Paris. Presses Universitaires de France. 1968

MIGNONE, Emilio F. Iglesia y Dictadura. El papel de la iglesia a la luz de sus relaciones com el régimen militar. Buenos Aires. Ediciones del Pensamiento Nacional. 1986

MONTENEGRO, João Alfredo. Evolução do Catolicismo no Brasil. Petrópolis. Editora Vozes. 1972

MORAIS, J.F. Régis de. Os Bispos e a Política no Brasil. São Paulo. Cortez Editora. 1982

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/MST. Assassínatos no Campo. Crime e Impunidade. 1964/1986. São Paulo. Global Editora. 1987

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Religião e Dominação de Classe. Petrópolis. Editora Vozes. 1985

PADIN, D. Cândido. A Conferência de Medellín. Coleção Instituto Jacques Maritain do Brasil

PAIM, Antonio. História das Idéias Filosóficas no Brasil. Editora Grijalbo. São Paulo. 1967

PAZ E TERRA. Nº 1. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1966

PORTELLI, Hugues. Gramsci et la question religieuse. Éditions Anthropos. França. 1974

PRANDINI, Fernando, PETRUCCI, Vitor A e DALE, Romeu. As Relações Igreja-Estado no Brasil. Vols. 1 e 2 . São Paulo. Edições Loyola. 1986

- PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Perfil dos Atingidos. Editora Vozes. Petrópolis. 1988**
- PUSSOLI, Lafaiete, Cunha Lima, Jorge da. (org.) Presença de Maritain. Testemunhos. Editora LTr. São Paulo. 1995**
- QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc van. Manuel de Recherche em Sciences Sociales. Dunod. Paris. 1995**
- RELIGIÃO E SOCIEDADE. Nº 6, 1980. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1980**
- REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA . REB/37. Direitos Humanos e Evangelização. Editora Vozes. Petrópolis. 1977**
- REZENDE, M.V. "Não podemos servir a dois senhores". História da Igreja no Brasil, Período Colonial. Lins. Editora Todos Irmãos. 1982**
- RIBEIRO, Octavio. Porque eu traí. São Paulo. Global Editora. 1984**
- RICHARD, Pablo. A Igreja Latino-Americana entre o temor e a esperança. São Paulo. Edições Paulinas. 1982**
- ROCHA, Zildo. (org.) Hélder, o Dom : uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis. 1999**
- RODRIGUES, Ana Maria Moog. (org). A Igreja na República. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1981**
- ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico). São Paulo. K Livraria e Editora. 1979**
- ROLIM, Francisco Cartaxo. Religião e Classes Populares. Petrópolis, Editora Vozes. 1980**
- ROSSI, Cardeal Agnello. Flores em meus 50 anos de sacerdócio. Campinas. PUCCAMP. 1987**

- ROUQUIÉ, Alain. O Estado Militar na América Latina. São Paulo. Alfa Ômega. 1984
- SÁBATO, Ernesto. Nunca Mais. Porto Alegre. LPM. 1984
- SECRETARIADO INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDAD OSCAR ROMERO. A . ROMERO. Iglesia y Liberación de los Pueblos. Ciudad de México. Nuevomar. 1984
- SERBIN, Kenneth. Priests Celibacy and Social Conflict: a history of Brazil's Clergy and Seminaries. San Diego. Universidade da Califórnia. 1993
- SIGNOS DE LIBERACIÓN. Testimonios de la Iglesia em América Latina 1969-1973. Centro de Estudios y Publicaciones (CEP). Peru. 1973
- SIGNOS DE LUCHA Y ESPERANZA. Testimonios de la Iglesia em América Latina 1973- 1978. Centro de Estudios y Publicaciones (CEP). Peru. 1978
- SIGNOS DE VIDA Y FIDELIDADE. Testimonios de la Iglesia em América Latina 1978- 1982. Centro de Estudios y Publicaciones (CEP). Peru. 1983
- SIGNOS DE NUEVA EVANGELIZACION. Testimonios de la Iglesia em América Latina 1983- 1987. Centro de Estudios y Publicaciones (CEP). Peru. 1988
- SKONA, Egidio Vittorio. Análise crítica do Catolicismo no Brasil. Petrópolis. Editora Vozes. 1977
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1976
- Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro (1964-1985). Editora Paz e Terra. 1988
- STEPAN, Alfred. Os Militares: da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1987
- Democratizando o Brasil(Org.). Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1988

- TAÍEB, Éric. BARROS, Octavio. *Économie et société brésiliennes*. Nathan. Paris. 1989
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das CEBs no Brasil*. São Paulo. Edições Paulinas. 1988
- TEOLOGIA DELLA LIBERAZIONE. Adista. Agenzia Informacioni Stampa. Roma
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo. Editora Grijalbo. 1968
- TORRES, Sérgio(Org.) *A Igreja que surge das bases*. São Paulo. Edições Paulinas. 1982
- URÁN, Ana Maria Bidegaín de. *Así Actuaron Los Cristianos em la História de América Latina*. Bogotá. CIEC. 1985
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*. Brasília. Editora Editorial. 1987
- VILAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1975
- VILELA, Teotônio. *Anistia*. Brasília. Senado Federal. 1982
- VÍSPERA n° 11, 17. *Movimento Internacional de Estudiantes Católicos*. Montevideu. 1970
- VITA, Luiz Washington. *A Filosofia no Brasil*. Editora Martins. São Paulo. 1967
- WANDERLEY, Luís Eduardo. *Igreja e Sociedade no Brasil: 1950 64/1964 75*. Em *Religião* . Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1978
- WEBER, Max. *Ciência e Política. Duas Vocações*. Editora Cultrix. 1968
- *L'ethique protestante et l'esprit du capitalisme*. Plon. Paris. 1964
- WERZ, Nikolaus. *Pensamento Sociopolítico Moderno em América Latina*. Editorial Nueva Sociedad. 1995
- WRIGHT, Delora Jan. *O Coronel tem um Segredo*. Petrópolis. Editora Vozes. 1993

ZIMMERMAM, Roque América Latina. O não ser. Petrópolis. Editora Vozes. 1987